SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

RESOLUÇÃO – CEPEC Nº 1413

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, grau acadêmico Licenciatura, modalidade presencial, da Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia da Regional Catalão, para os alunos ingressos a partir de 2016 e para os estudantes veteranos que migrarem para o novo currículo.

O **REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS,** ***AD REFERENDUM*** **DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA,** no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do processo nº 23070.012951/2015-98 e considerando:

a) a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 9.394/96);
b) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada - Resolução CNE 02/2015;
c) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Educação Física (Resolução CNE nº 07/2004);
d) a Resolução CNE/CP nº 02/2002;
e) o Regimento e o Estatuto da UFG;
f) o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, grau acadêmico Licenciatura, modalidade presencial, da Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia – IBIOTEC, da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2016 e para os estudantes veteranos que migrarem para o novo currículo, conforme tabela de equivalência disponibilizada no Anexo a esta Resolução, revogando-se as disposições em contrário.

Goiânia, 5 de setembro de 2016

Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral
- Reitor -

ANEXO À RESOLUÇÃO – CEPEC Nº 1413

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitor:
Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor:
Prof. Manoel Rodrigues Chaves

REGIONAL CATALÃO

Diretor:
Prof. Thiago Jabur Bittar

Vice-Diretor:
Prof. Denis Rezende de Jesus

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE BIOTECNOLOGIA – IBIOTEC

Chefe da Unidade:
Prof. Alexandre de Assis Bueno

Coordenador do Curso de Educação Física do IBIOTEC:
Prof. Jean Carlos Nunes

Sub-Coordenador do Curso de Educação Física do IBIOTEC:
Prof. Leomar Cardoso Arruda

Catalão-Go
2016

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO 4

2 INOVAÇÕES NO CURRÍCULO 7

3 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 8

4 OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG 10

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, EDUCACIONAL E CULTURAL DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG 11

6 EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG 12

7 ESTRUTURA CURRICULAR 13
7.1 Matriz Curricular 13
7.2 Matriz Curricular, Composição e Dinâmica das Disciplinas do Curso 16
7.3 Carga Horária de Núcleo Comum, Núcleo Especifico e Núcleo Livre 19
7.4 Tabela de Equivalência 21
7.5 Ementário dos Componentes Curriculares 24
7.6 Sugestão de Fluxo de Distribuição das Disciplinas ao Longo do Curso dentro do Programa de Integralização Curricular 40
7.7 Prática como Componente Curricular 42
7.8 Atividades Complementares 43

8 POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO 43
8.1 Estágio Curricular Obrigatório 44
8.2 Estágio Curricular Não Obrigatório 45

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 45

10 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 47

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 48
11.1 Avaliação Acadêmica 49
11.2 Avaliação Educacional 50

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PPC 51

13 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO CURSO 52

14 FORMAÇÃO CONTINUADA: PÓS-GRADUAÇÃO 54

15 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 55

16 REFERÊNCIAS 56

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (RC/UFG), e contempla a orientação de ajustar o perfil dos atuais cursos de Licenciatura às recentes diretrizes nacionais para a formação de professores da Educação Básica.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG (RC/UFG), a ser implantado no primeiro semestre de 2016, tem como princípio norteador a responsabilidade social com a formação humana, a qualidade e a competência dos profissionais formados pela Universidade e fundamenta-se nos seguintes documentos legais:

- Resolução CNE 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada;
- Resolução CNE 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Resolução CNE n. 07/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Formação de Professores da Educação Física, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, bem como o Parecer CNE n. 0138/2002, que as embasaram e que também delineia os parâmetros de todos os cursos de Educação Física do País;
- Parecer CNE/CES n. 0058/2004 que apresenta as normas específicas da Educação Física;
- Resolução CONSUNI n. 06/2002 que cria o RGCG e a Resolução CEPEC 1122/2012 que estabelece o novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (nova política de formação de professores no âmbito da UFG e do próprio Estatuto da UFG);
- Lei n. 11.645, de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP n. 01, de 17/06/2004, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Decreto 5626/2005 acerca da disciplina LIBRAS;
- Lei n. 9.795, de 27/04/1999 e Decreto n. 4.281, de 25/06/2002, que definem Políticas de Educação Ambiental;
- Parecer CNE/CP n. 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n. 1, de 30/05/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei n. 12.764 de 27 dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Resolução CEPEC que aprova o PPC do curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2016.

O referido documento resulta do esforço e do compromisso de uma equipe de professores que empreenderam um longo e profundo processo de discussão e amadurecimento de ideias acerca da formação docente e suas práticas, na intenção de responder aos desafios que são colocados pela sociedade atual.

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, alocado na Unidade Acadêmica Especial Biotecnologia da Regional Catalão da UFG, cujo PPC é aqui apresentado, inscreve-se na área de conhecimento das Ciências Humanas e insere-se na modalidade presencial do grau acadêmico Licenciatura, o qual confere ao formando a Habilitação Licenciado em Educação Física. O curso está organizado em semestres letivos com disciplinas semestrais, conforme o disposto no Regulamento Geral de Cursos de Graduação vigente na UFG (RGCG/2012).

A duração do curso será de 3408 (três mil quatrocentas e oito) horas com uma duração mínima de oito e máxima de quatorze semestres. As atividades serão ministradas no turno matutino, sendo que há disciplinas e/ou outras atividades do curso que poderão ser ofertadas em mais de um turno, além de poder ser utilizado o método de aula não presencial na forma da legislação em vigor. Anualmente, serão ofertadas 45 vagas a serem preenchidas conforme o SISU e com entrada única no primeiro semestre. O ingresso dos universitários também pode se dar por meio de processos de transferência, para portadores de diploma de cursos superiores, convênios ou acordos culturais e matrícula cortesia (diplomática), conforme prevê o artigo 29 da Resolução CEPEC n. 1122/2012 (RGCG/UFG).

É importante salientar, nesta introdução, a compreensão do corpo docente do curso acerca da elaboração do Projeto Pedagógico de Curso. Conforme Marques (1990 apud VEIGA, 2004, p.13), entende-se o projeto pedagógico como "um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva".

Nessa direção, entende-se que o Projeto Pedagógico orienta a prática pedagógica na escola, expressando a sua cultura organizacional e pautando-se numa ação intencional e estratégica pensada coletivamente, com vistas a uma intervenção e transformação da realidade, bem como na formação de indivíduos participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos (VEIGA, 2004).

Partindo dessa compreensão, neste projeto, defende-se a unidade teoria-prática com vistas à transformação da educação e da própria realidade, portanto, a vinculação entre o pensar e o agir ao invés da dissociação de ambos, com a supervalorização de uma dimensão sobre a outra, ou, ainda, a valorização das disciplinas práticas em relação às de cunho pedagógico ou filosófico.

Tal defesa se apoia na compreensão de que o conhecimento não decorre somente do objeto em si e/ou de quem o observa, mas da atividade prática transformadora dos sujeitos, presidida por uma teoria onde o pensar e o fazer, o subjetivo e o objetivo não se opõem, mas interagem.

Em síntese, a práxis é aqui pensada como centralidade dos pressupostos pedagógicos na perspectiva de garantir uma formação profissional pautada na ação-reflexão-crítica enquanto um elemento intrínseco de cada disciplina do currículo do curso.

Além da garantia desses pressupostos, o presente PPC objetiva:

1) refletir sobre a formação de professores de Educação Física de forma a capacitá-los para atuarem nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano;
2) contribuir para um melhor aproveitamento das competências proporcionadas pela qualificação do corpo docente;
3) refletir as características do profissional que se deseja formar em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFG.

Este projeto é concebido como um instrumento de intervenção não somente pedagógica, mas também política, na medida em que explicita um perfil de curso que tem como eixo orientador a interação com a realidade regional e local na qual se desenvolve. Dessa forma, ele é um instrumento de constituição e aperfeiçoamento da prática institucional, informando e construindo um curso de Licenciatura Plena em Educação Física de qualidade e comprometido com os interesses reais e coletivos da comunidade acadêmica, bem como da sociedade em geral.

Nesse sentido, o curso visa implementar uma formação profissional no campo das Ciências Humanas, apesar de, em 2005, a área Educação Física ter sido reclassificada na Grande Área de Conhecimento Ciências da Saúde (classificação CNPq/Capes e Finep).

O fato é que no âmbito da UFG, sua alocação na área de Ciências Humanas estabeleceu um marco importante de orientação curricular fundamentado no conceito de docência ampliada, campos de conhecimentos diversificados e áreas de aprofundamento temático no contexto da graduação superior, cujo eixo epistemológico de organização curricular está pautado na cultura corporal, no trabalho e na práxis pedagógica.

Com a intenção de fortalecer a prática da Educação Física na escola, o curso tem como referência a produção de conhecimentos acadêmicos e de pesquisas resultantes da intervenção social de docentes e discentes.

Além disso, o oferecimento de oportunidades para a formação direcionada para outros espaços sociais possibilita ações diferenciadas no sistema educacional tanto quanto nos demais espaços de docência e intervenção profissional, citando-se o trabalho político-pedagógico relacionado ao esporte, ao lazer, a saúde e às políticas públicas.

Até o ano de 2015 o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG formou 22 turmas e vem garantindo um avanço significativo na qualidade do ensino da Educação Física e da Educação do município e de toda a região, posto que recebe alunos de aproximadamente dez cidades vizinhas, bem como de outras regiões mais distantes.

A primeira turma, com doze alunos, ingressou no Curso no ano de 1990 do século vinte. Desse total de alunos, sete participaram da primeira formatura em 1993. Desde então, 562 professores de Educação Física se graduaram. A evolução do número de profissionais formados é apresentada no quadro a seguir.

Tabela 1 – Quantidade de profissionais formados pelo Curso de Educação Física da Regional Catalão da UFG – período de 1993 a 2014

Ano/aluno	Ano/aluno
1993 = 07	2004 = 29
1994 = 14	2005 = 25
1995 = 26	2006 = 39
1996 = 30	2007 = 22
1997 = 16	2008 = 22
1998 = 19	2009 = 35
1999 = 35	2010 = 32
2000 = 20	2011 = 30
2001 = 34	2012 = 32
2002 = 18	2013 = 24
2003 = 28	2014 = 25
TOTAL: 562 GRADUADOS	

Fonte: Secretaria do Curso de Educação Física e Seccional do Centro de Gestão Acadêmica, Regional Catalão/UFG, 2015.

2 INOVAÇÕES NO CURRÍCULO

Considerando as determinações dos perfis e as transformações ocorridas na sociedade, constata-se que o projeto curricular sofreu importantes modificações e reconceituações. De estruturas curriculares tradicionais e conservadoras, planejadas com base em grades e conteúdos disciplinares, alinhados aos preceitos da saúde e da segurança nacional, portanto, baseados em modelos fechados, como o foi o conhecido currículo mínimo nacional, a partir do final da década de 1980 do século vinte, especialmente em 1987, o atual modelo representa uma estrutura mais aberta. Isto porque rompe com o currículo mínimo nacional e garante uma composição de conteúdos que não segue mais a dinâmica do modelo de grade de disciplinas, mas deve ser estruturado por áreas de conhecimentos acadêmico-científicas: conhecimento do homem, conhecimento da sociedade, conhecimento biológico e conhecimento técnico.

Atualmente, o modelo curricular sugerido pelas Diretrizes Curriculares aponta uma concepção epistêmica na qual a noção de competência se torna nuclear em todo o processo de formação (composição e estrutura) e na avaliação do desenvolvimento do currículo. Isso tanto vale para o projeto de formação de professores licenciados como para formar graduados bacharéis. Nesse último modelo, fica mais explícita a divisão em dois tipos de formação superior e os tipos de ocupação profissional que se deve fomentar nas políticas sociais e no próprio Estado.

De um lado, concebe-se a licenciatura como formação do profissional para atuar em todo sistema educacional no País, preferencialmente no ensino básico. De outro, concebe-se os bacharéis como aqueles que devem construir, também, as suas identidades particulares na perspectiva de interação imediata com o mercado, com o processo produtivo e de prestação de serviços.

No último modelo de proposta de formação profissional para a educação (Resolução CNE n. 01/2002) não se discutem conteúdos, disciplinas ou áreas de conhecimentos. O enfoque curricular está concentrado nos procedimentos, nas didáticas, na transposição dos conteúdos, nos instrumentos e na construção de competências para responder aos problemas determinantes da realidade concreta, por meio dos elementos científicos e da intervenção profissional.

De acordo com Sacristán (1998), o currículo envolve uma seleção de conteúdos e metodologias, concretizando-se a partir de concepções políticas, administrativas e institucionais, além de estar condicionado por valores, pressupostos e ideias que estão presentes no contexto social no qual a escola se insere.

Em sintonia com essas concepções, o atual currículo do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás privilegia os princípios estéticos, políticos e éticos da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, contextualização e transversalidade, além de uma concepção formativa da avaliação. Dessa forma, busca-se romper com a lógica convencional que parte de disciplinas que definem os conteúdos de formação para substituí-la por outra, que tem origem na análise da atuação profissional na busca por configurar a contribuição a ser demandada dos componentes curriculares.

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UFG foi criado em setembro de 1988 em Goiânia e, dois anos depois (1990), foi também criado no, então denominado, Campus Avançado Catalão da Universidade Federal de Goiás.

O projeto curricular original teve como características fundamentais a constituição de uma licenciatura generalista (docência ampliada) em Educação Física, funcionando em regime seriado com duração mínima de quatro anos e máxima de sete anos, perfazendo um mínimo de 3.260 horas, tendo como exigência para a integralização curricular a elaboração e apresentação pública de uma monografia final.

No âmbito da estrutura e da organização dos currículos da UFG o curso foi organizado dentro do modelo de sistema seriado anual, implantado em 1984, quando essa universidade, após um intenso debate acadêmico contra o projeto da reforma universitária-militar, rompeu com o sistema de créditos baseado no modelo MEC-USAID.

Diante das mudanças efetivadas a partir do novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG – Resolução CEPEC n. 1122/2012 – que atualiza a política de formação de professores dessa instituição, fixa o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG. O presente PPC mantém como princípio orientador da formação docente a intervenção pedagógica e a produção do conhecimento por meio da pesquisa.

Como proposta de trabalho, o PPC precisa ser periodicamente avaliado quanto à sua execução, objetivos e metas, devendo ser reorientado, se necessário. Este projeto reflete um momento, e, portanto, não é um documento estático, devendo permitir revisões e aperfeiçoamentos, delimitados pela realidade do ambiente no qual se insere. O Projeto é fruto da necessidade do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG, em adequar-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Educação Física e ao novo RGCG da UFG, tanto quanto às novas Diretrizes para a formação inicial e continuada de professores, de Resolução CNE n. 02/2015.

A comunidade atuante no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG está consciente de sua responsabilidade, sabendo que o Projeto Político Pedagógico é um compromisso, consensualmente adotado como instrumento norteador das ações relativas ao ensino desta graduação.

Por conta da necessidade de registrar as mudanças ocorridas, dadas às exigências de adequação dos ideais do curso à realidade em que é desenvolvido na cidade de Catalão/GO, apresentaremos uma reescrita, por assim dizer, do primeiro Projeto, respeitando suas diretrizes iniciais e inserindo as alterações e acréscimos processados em relação aos demais aspectos.

A preocupação central deste PPC é, portanto, o de construir e apresentar elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e de melhoria acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG, tendo como princípio norteador a responsabilidade social com uma formação humana e profissional de qualidade.

Vale frisar que este Projeto enseja a plena articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos de complementariedade, entre cada uma destas dimensões, na formação do professor de Educação Física. Entendemos a plena integração destas três dimensões como elemento chave da prática pedagógica do corpo docente do curso.

3 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Um dos principais motivos da composição deste Projeto Pedagógico de Curso é que, até o presente momento, a Licenciatura em Educação Física da Regional Catalão, embora possua vida independente da Faculdade de Educação Física e Dança da Regional Goiânia/UFG, ainda sobrevive do mesmo PPC dessa unidade.

Assim sendo, é uma necessidade e um dever apresentar um PPC próprio, que expresse as demandas formativas sedimentadas e amadurecidas em mais de 20 anos de trajetória do curso. Tal tarefa é essencial também para que o atual RGCG da UFG possa ser atendido em seus princípios e solicitações.

Do ponto de vista do contexto educacional, é possível afirmar que tanto a cidade de Catalão quanto a região sudeste de Goiás têm sido alimentadas pelo curso de formação Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG há mais de 20 anos. Há professores formados em Educação Física atuando em toda a região sudeste de Goiás, além de Goiânia, bem como Uberlândia e outras cidades do interior dos estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Na tabela 2, apresentada logo abaixo, pode-se verificar alguns dados relativos à como a região no entorno de Catalão se apresenta, para considerarmos os possíveis impactos e papéis que um Curso de formação superior em Educação Física pode ter.

Tabela 2 – Dados do IBGE/2010, acerca do número de habitantes por cidade, renda per capta, IDHM, matrículas no ensino médio e unidade de saúde

Cidade	Nº Hab.	Renda Per Capita	IDHM	Matrículas Ensino Médio 2012	Unidades de Saúde – SUS
Catalão-GO	98.737	945,78	0,766	3.557	23
Três Ranchos-GO	2.819	717,41	0,745	101	01
Ouvidor-GO	5.467	702,66	0,747	195	02
Anhaguera-GO	1.020	821,99	0,725	33	01
Goiandira-GO	5.265	660,72	0,760	201	04
Nova Aurora-GO	2.062	629,56	0,747	50	01
Cumari-GO	2.964	817,68	0,737	121	03
Ipameri-GO	24.735	639,49	0,701	783	19
Campo Alegre-GO	6.060	629,24	0,694	212	03
Caldas Novas-GO	70.473	749,06	0,733	3.280	18
Pires do Rio-GO	28.762	686,47	0,744	1.244	11
Morrinhos-GO	41.460	777,70	0,734	1.741	13
Urutaí-GO	3.074	607,41	0,732	525	02
Araguari-MG	109.801	791,26	0,733	4.453	48
Monte Carmelo-MG	45.772	681,50	0,728	1.994	20
Vazante-MG	19.723	633,27	0,742	926	11
Guarda-Mor-MG	6.565	655,37	0,690	328	03
Total/Média	474.759	714,45	0,732	19.744	183

Fonte: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520510 – Acessado em 02 fev. 2016.

A região que envolve aproximadamente um raio de 100km de Catalão (cidade que possui a melhor renda per capita e IDH da região) abrange 17 cidades, sendo que Catalão é a única que possui uma Universidade Federal. Pensar o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física é oferecer a uma população regional de aproximadamente 480 mil habitantes a possibilidade de buscar uma formação superior/graduação que atenda as demandas de atuação nos campos escolar, da saúde e do lazer, sendo um dos motivos para a consolidação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Outro ponto importante é que de acordo com as informações do quadro quanto aos alunos matriculados no ensino médio em 2012, a região possuía quase 20 mil alunos matriculados no ensino médio, público este que será o potencial sujeito a pleitear vagas na Universidade, o que corresponde a uma média de 2.000 alunos por ano concluindo o ensino médio.

Em termos de campo de atuação e qualificação profissional para além do escolar, o campo da saúde coletiva pode ser um foco formativo, pois os dados do IBGE (2010) apontam que somente no SUS a região possui um mínimo de 183 Estabelecimentos de Saúde (SUS), número esse que provavelmente aumentou nos últimos anos.

Desse modo, é possível afirmar, também, que em termos econômico-sociais, a existência desse curso, por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, marca uma diferença fundamental no cenário local e regional. Por oportunizar a inserção de seus egressos em diversificados campos de atuação profissional já existentes, bem como a criação de demandas, tanto de geração de emprego e de renda quanto de ocupação e criação de novas áreas do mundo do trabalho, a Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás, impacta de modo relevante nas dimensões culturais, econômicas e sociais.

4 OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG

O objetivo geral da Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG é formar professores com capacidade para atuarem nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano, com ênfase na produção do conhecimento e no fomento da intervenção acadêmico-profissional no sistema educacional básico, no esporte educacional e nas práticas educativas de saúde e lazer social que interagem historicamente e no cotidiano com a escola, a cultura e a sociedade.

Em termos de objetivos específicos, o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG busca:

1) estimular o processo de reflexão crítica, essencial para que os graduandos compreendam a gênese da existência social e cultural, atravessada pelas esferas do trabalho, da cultura, da educação, da escola e do saber, a fim de situar e fortalecer o papel político e social dos professores no Brasil;
2) trabalhar a formação docente enquanto elemento constitutivo do sujeito na composição de uma cultura elaborada e em constante mudança, o que implica a compreensão do ofício do professor como práxis pedagógica e social conectada às várias dimensões da educação e da sociedade;
3) fortalecer a atividade criadora, transformadora e a afirmação da autonomia e da liberdade dos sujeitos em todas as suas dimensões;
4) estimular a articulação dos componentes curriculares que, numa perspectiva interdisciplinar, fecunda o trabalho educativo, a ação pedagógica, extensionista e a pesquisa científica;
5) estimular a formação do professor pesquisador, com atitude investigativa mergulhada nos processos educacionais, para que a partir de uma larga compreensão dos meios de produção do conhecimento, tenha condições para construir, reconstruir e ampliar os saberes da Educação Física, com foco nas diferentes formas de educação do corpo e análise histórico-cultural do movimento humano;
6) compreender a Educação Física como área de saber voltada à corporalidade humana, constituída de relações humanas complexas e contraditórias, cuja interface com a educação, o lazer, a saúde, a estética, o trabalho e o mundo social, pede uma prática docente crítico-reflexiva e criadora;

7) garantir uma capacitação técnico-científica e política, de um lado, e artístico-expressiva, de outro, que forneça bases consistentes para a formação de professores comprometidos com processos educativos política e pedagogicamente avançados, portanto, criadores; e que esse processo os prepare para atuar na gestão de políticas educacionais, no trabalho pedagógico (ensino-aprendizagem, planejamento e avaliação), em projetos educacionais na escola e em outros espaços educacionais que lidem com a corporalidade humana;
8) investir na formação docente para o trabalho com a diversidade cultural e a diferença, incluindo-se a lida com pessoas com deficiências e a acessibilidade (física e cognitiva), o reconhecimento e a valorização das manifestações culturais específicas de grupos étnicos historicamente excluídos (indígenas e afro-brasileiros), grupos sociais vulneráveis (crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas idosas, mulheres e crianças vítimas de violência), além do trato com os direitos humanos dos diversos grupos sociais minoritários (mulheres, homossexuais, negros, crianças) e da defesa de uma visão de sociedade que atenda as demandas por sustentabilidade do meio-ambiente.

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, EDUCACIONAL E CULTURAL DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG

O currículo do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão deve concretizar a formação baseando-se nos seguintes princípios:

a) desenvolvimento pleno do educando, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
b) sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus desdobramentos sócio-históricos e culturais;
c) unidade teoria/prática, tanto na produção do conhecimento quanto na organização do saber, entendendo o trabalho como princípio educativo fundamental na escola;
d) compromisso social e político do profissional da Educação Física junto aos demais educadores e movimentos sociais;
e) trabalho coletivo pautado na formação de competências político-social, ético-moral e técnico-profissional como referência nuclear da formação docente;
f) tratamento interdisciplinar do saber da Educação Física junto aos demais saberes políticos, científicos, artísticos, culturais, pedagógicos e técnicos necessários a formação de professores e a prática educativa escolar;
g) articulação da graduação com a pós-graduação numa perspectiva da educação continuada;
h) a pesquisa como dimensão da formação docente, meio de produção de conhecimento e intervenção na prática pedagógica e social;
i) a extensão como terreno fértil para o encontro entre o ensino e a pesquisa, compondo-se, assim, como momento essencial da produção de saberes articulados por meio da interação dialógica com a sociedade.

Os princípios acima delimitados compõem a base teórico-metodológica deste PPC, que está em sintonia com as mais recentes e avançadas discussões do campo da Educação Física e da formação de professores.

6 EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REGIONAL CATALÃO DA UFG

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica sugerem que o profissional, no exercício da docência, não se restrinja à atividade de condução do trabalho pedagógico em sala de aula, mas envolva-se de forma participativa e atuante na dinâmica própria dos espaços escolares. Além do mais, deverá possuir uma postura investigativa em torno dos problemas educacionais e os específicos da área de Educação Física, tendo em vista contribuir de forma segura, competente e criativa com o processo educativo escolar, no âmbito do Ensino Fundamental e Médio.

Para uma adequada formação profissional, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades básicas, cuja consecução é imprescindível ao profissional que se almeja.

Desse modo, a formação acadêmica proposta neste PPC buscará proporcionar aos egressos do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás uma formação docente pautada no desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

1) atuar e refletir criticamente acerca de sua função formadora, pedagógica, científica, política e social;
2) atuar em diferentes espaços e dimensões da Educação Básica dentro da perspectiva da práxis pedagógica e social;
3) desenvolver atitude científica por meio da pesquisa, da reconstrução do conhecimento e de análises sócio-culturais do movimento humano, com foco nas diferentes formas de educação do corpo, visando a produção e a ampliação do acervo cultural humano;
4) exercitar atitude ético-política conectada com as principais demandas relacionais de nossa vida em sociedade, que solicitam aceitação, respeito, acolhida e valorização das diferenças, da diversidade histórico-cultural e da biodiversidade brasileira, citando-se, nesse caso, as questões afetas à sexualidade, gênero, etnia, acessibilidade e sustentabilidade ambiental;
5) atuar na gestão de políticas educacionais, no trabalho pedagógico, no ensino, aprendizagem, planejamento e avaliação pedagógica, em projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos onde se insere a corporalidade humana;
6) atuar no universo da corporalidade humana na perspectiva do ensino crítico e reflexivo, bem como na produção e reconstrução do saber no âmbito da educação e da cultura;
7) compreender os métodos de produção de conhecimentos tendo em vista a construção e reconstrução de saberes docentes em Educação Física;
8) compreender as relações contraditórias que permeiam o corpo e suas interfaces com a educação, o lazer, a saúde, a estética, a cultura, o mundo do trabalho e a sociedade;
9) desenvolver autonomia intelectual e profissional que possibilite e fortaleça a ação interdisciplinar e o trabalho coletivo no contexto da educação e da sociedade.

As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir-se na base nuclear do PPC de formação do Licenciado em Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás.

O currículo do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG visa formar o professor para atuar na Educação Básica com capacidade para agir nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano, com ênfase na produção de conhecimento e fomento da intervenção acadêmico-profissional no sistema educacional básico, no esporte educacional e nas práticas educativas de saúde e lazer social que interagem historicamente com a cultura e com a sociedade no cotidiano da escola.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG apresenta disciplinas e respectivos conteúdos programáticos voltados ao desenvolvimento das habilidades e competências acima descritas, de maneira a conduzir o Licenciando em Educação Física ao perfil desejado.

Dessa forma, em conformidade com a Resolução CEPEC n. XXX/2016, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG está organizada com base em cinco componentes fundamentais, a saber:

I - Formação Ampliada, correspondente ao Núcleo Comum do RGCG/UFG, que abrangerá as dimensões do conhecimento que envolvem a relação ser humano-sociedade, a dimensão biológica do corpo humano e a produção do conhecimento científico e tecnológico, tanto quanto os conhecimentos identificadores da Educação Física tendo em conta as dimensões culturais do movimento humano, a dimensão técnico-instrumental e a teórico-metodológica;

II - Formação Específica, correspondente ao Núcleo Específico do RGCG/UFG, que abrangerá o conjunto de saberes que conferem especificidade ao grau formativo licenciatura, identificado por meio das disciplinas imprescindíveis à formação do professor, ou seja, de caráter pedagógico e didático. Nesse sentido, o Núcleo Específico do curso de Licenciatura Plena em Educação Física abarcará as disciplinas cujo objeto é a prática pedagógica que possibilita o exercício da docência, tanto quanto a pesquisa necessária à formação do professor-investigador;

III - Atividades Complementares, que são atividades acadêmico-científico-culturais;

IV - Núcleo Livre;

V - Produção do Conhecimento por meio do estímulo à Iniciação Científica via elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso nos Núcleos Temáticos.

7.1 Matriz Curricular

A matriz curricular está organizada respeitando os princípios que dão sustentação ao curso. No caso do ensino, os componentes curriculares estão classificados como obrigatórios e optativos. Essa mesma classificação se aplica às atividades de pesquisa e extensão, isto é, o aluno terá cargas horárias obrigatórias e optativas para contemplar estas atividades no decorrer de sua formação inicial.

As atividades classificadas como optativas ou de núcleo livre não estão elencadas, e é quantificada a carga-horária de obrigatoriedade para o aluno, devendo a oferta consolidar-se a partir das escolhas do corpo discente conjuntamente com a equipe de Coordenação do Curso.

É importante ressaltar que a concepção teórico metodológica presente na matriz curricular configura a programação das atividades de pesquisa, extensão, práticas de ensino, estágios curriculares e atividades científico-culturais, articuladas com as atividades de ensino, como o espaço que é, por excelência, de integração e de consolidação da formação docente.

Além disso, destaca-se, neste PPC, a existência de um eixo de formação que atravessa toda a matriz curricular da Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG, que é o da Diversidade Cultural e Diferença, e que pode ser traduzido na necessidade de incorporar ao currículo os temas do Gênero, das Relações Étnico-raciais, da Inclusão, da Educação Especial, da Educação em Direitos Humanos e das políticas de Educação Ambiental. Tal presença justifica-se pela contemporaneidade e importância do tema nos processos de formação profissional não só das Ciências Humanas, mas de quaisquer áreas acadêmicas responsáveis por preparar jovens realmente habilitados para atender e lidar com as mais distintas demandas de nossa sociedade.

Em termos temporais, no mínimo, de uma década para cá, o curso de Licenciatura em Educação Física possui como um de seus eixos de trabalho a categoria gênero, tendo por base diversos estudos da área que desde os anos noventa do século vinte começaram a problematizar o diferente (e desigual) tratamento dado aos corpos de meninos e meninas durante as aulas de Educação Física na escola. Além disso, começou-se a questionar vários estigmas ligados ao masculino e ao feminino que de modo tácito são impressos nos corpos, naturalizando realidades produzidas por processos educativos e culturais bastante complexos e que passaram a ser vistos como tal.

Desse modo, a área da Educação Física adentrou os estudos do gênero, compondo com a transversalidade dessa temática de modo a incorporá-la com força ao modo de pensar o corpo e a cultura corporal. Quando as atuais diretrizes curriculares apontam para a presença essencial dos estudos de gênero nos processos de formação de professores, a Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG sente-se contemplada em sua atual prática curricular. Este PPC pretende não apenas manter o Gênero como tema transversal e eixo de trabalho, mas também, e principalmente, alargar suas abordagens por dentro das várias disciplinas e demais espaços formativos previstos e a serem criados *no* e *pelo* curso.

A dimensão da etnia, sobretudo, a partir da acolhida de manifestações populares típicas do povo brasileiro, também se faz presente no projeto curricular do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG há cerca de quinze anos. Compreende-se que não há como tratar danças e jogos populares sem historicizar e situar suas gêneses, em sua maioria, ligadas aos povos historicamente escravizados e excluídos do acesso econômico e social aos bens materiais e imateriais de nosso País, mesmo sendo produtores da riqueza nacional.

Assim, o presente PPC prevê, como mais um eixo de trabalho, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em acordo com a Lei nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. Isso se dará a partir da sua garantia como tema transversal a ser tratado internamente em várias disciplinas, tais como Dança-Educação, Aprendizagem em Educação Física, Estágios Curriculares Obrigatórios, Oficina Experimental, LIBRAS, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Lutas, Antropologia do Corpo, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Futebol, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Jogos e Brincadeiras, dentre outras.

No contexto da Diversidade e Diferença, pautamos a Educação para os Direitos Humanos como uma das responsabilidades do ensino superior em favor de uma educação democrática e inclusiva, capaz de compreender e assumir uma proposta comprometida com a valorização da alteridade e com o combate aos preconceitos.

Desse universo, conforme a Resolução CNE/CP 02/2015, destaca-se a necessária preparação do professor para atuar com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, resguardando seu direito constitucional a educação.

Além do que prevê a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) sobre o direito à educação, em 2006 foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), uma política pública que tem como finalidade a inclusão do adolescente em conflito com a lei, reafirmando sua natureza pedagógica dentro do Sistema de Garantias dos direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) prevista pelo ECA.

O SINASE (BRASIL, 2006, p.15) integra os "sistemas de políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras" que compõem o SGDCA, tornando, assim, imprescindível a competência do professor não somente para atuar junto a essa população, como também compreender e articular ações com as demais áreas e atores sociais que congregam esse sistema.

Considerando, ainda, o compromisso da Universidade Federal de Goiás (UFG) com os princípios dos direitos humanos, da justiça social, dos valores democráticos e do desenvolvimento sustentável, a política, bem como o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, a Política Institucional de Acessibilidade da UFG vem sendo formulada desde 2008, por meio do Núcleo de Acessibilidade criado oficialmente em Goiânia, conforme resolução CONSUNI n. 32/2011, tendo em vista a participação da Universidade em editais do Programa Incluir do Ministério da Educação – MEC (UFG, 2014).

O Núcleo de Acessibilidade da Regional Catalão foi criado em 2014, junto ao Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) – SINAce, por meio da Resolução CONSUNI n. 43/2014, que revogou a Resolução CONSUNI n. 32/2011 (UFG, 2014).

Os Núcleos Regionais de Acessibilidade se constituem de espaço físico com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da UFG para a implementação da política institucional de acessibilidade em todos os espaços, ações e processos (seletivos, administrativos, de ensino, pesquisa e extensão) da Universidade (BRASIL, 2010).

A principal meta dos Núcleos é eliminar as barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, de comunicação e de informação que restrinjam o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico, social e profissional da comunidade universitária (discentes e servidores) público alvo da Educação Especial (Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/superdotação) (UFG, 2014).

Nessa perspectiva, visando a atuação do professor de Educação Física com os alunos público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino, a disciplina de Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação em Educação Física através da Resolução n. 03/87 do Conselho Federal de Educação.

Para dar conta das demandas de uma educação sustentável, considerada essencial para fortalecer a vida do planeta Terra, o presente PPC visa incorporar em sua concepção as políticas de educação ambiental que possam se articular aos estudos da Educação Física e da Cultura Corporal. Olhar para o corpo e para os produtos culturais que o envolvem, tais como ginástica, circo, dança, jogos, esportes, lutas e demais manifestações artístico-populares, de um modo amplo, requer a retomada e a problematização da relação corpo humano-natureza, corpo humano-Planeta Terra, o que pode ser feito a partir de diversas disciplinas bem como de outros espaços formativos do curso de Licenciatura Plena em Educação Física, em acordo com a Lei nº 9.795/1999 e o Decreto nº 4.281/2002.

De acordo com os argumentos apresentados até aqui, segue a matriz curricular com seus desdobramentos.

7.2 Matriz Curricular, Composição e Dinâmica das Disciplinas do Curso

Período	DISCIPLINA	UNIDADE RESPONSÁVEL	PRÉ-REQUISITO	CHS		CHTS	CH PCC	Núcleo	Natureza
				T	P				
1º	**1.** Fundamentos Filo-sóficos e Sócio-Histó-ricos da Educação	Dep. de Educação		4		64	8	NC	OBR
	2. Anatomia do Movimento Humano I	Dep. de Ciências Biológicas		1	3	64	8	NC	OBR
	3. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação I	Dep. de Educação Física		2	2	64	16	NC	OBR
	4. Educação Nutri-cional	Dep. de Educação Física		3	1	64	8	NC	OBR
	5. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica Escolar I	Dep. de Educação Física		2	2	64	16	NC	OBR
	6. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Atletismo I	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
2º	**7.** Políticas Educa-cionais	Dep. de Educação		4		64	8	NC	OBR
	8. Anatomia do Movimento Humano II	Dep. de Ciências Biológicas	2	1	3	64	8	NC	OBR
	9. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Dep. de Letras				64		NC	OBR
	10. Fundamentos Filo-sóficos e Sócio-Histó-ricos da Educação Física	Dep. de Educação Física	1	4		64	8	NC	OBR
	11. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação II	Dep. de Educação Física	3	2	2	64	16	NC	OBR
	12. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Atletismo II	Dep. de Educação Física	6	2	2	64	10	NC	OBR
	13. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica Escolar II	Dep. de Educação Física	5	2	2	64	16	NC	OBR
3º	**14.** Psicologia Educa-cional I	Dep. de Educação		4		64	8	NC	OBR
	15. Antropologia do corpo	Dep. de Ciências Sociais		4		64		NC	OBR
	16. Fisiologia aplicada à Educação Física I	Dep. de Educação Física	8	2	2	64	8	NC	OBR
	17. Oficina Experi-mental I	Dep. de Educação Física		2	2	64	40	NE	OBR
	18. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas I	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
	19. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Jogos e Brincadeiras	Dep. de Educação Física		2	2	80	10	NC	OBR
	20. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Voleibol	Dep. de Educação Física		2	3	80		NC	OBR

4º	**21.** Psicologia Educacional II	Dep. de Educação	14	4		64	8	NC	OBR
	22. Introdução ao Pensamento Científico I	Dep. de Educação Física		4		64	8	NC	OBR
	23. Fisiologia aplicada à Educação Física II	Dep. de Educação Física	16	2	2	64	8	NC	OBR
	24. Oficina Experi-mental II	Dep. de Educação Física	17	2	2	64	50	NE	OBR
	25. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol I	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
	26. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas II	Dep. de Educação Física	18	2	2	64	10	NC	OBR
5º	**27.** Aprendizagem em Educação Física	Dep. de Educação Física		3	1	64	8	NC	OBR
	28. Introdução ao Pensamento Científico II	Dep. de Educação Física	22	3	1	64	8	NC	OBR
	29. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Handebol	Dep. de Educação Física		2	3	80		NC	OBR
	30. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol II	Dep. de Educação Física	25	3	1	64	10	NC	OBR
	31. Estágio Curricular Obrigatório I	Dep. de Educação Física		3	3	100		NE	OBR
	32. Biologia e Educa-ção	Dep. de Educação Física		4		64	8	NC	OBR
6º	**33.** Metodologia de Ensino e Pesquisa em Lutas	Dep. de Educação Física		2	2	80	10	NC	OBR
	34. Introdução ao Estudo da Biomecânica do Movimento Humano	Dep. de Educação Física	23	3	1	64	8	NC	OBR
	35. Estágio Curricular Obrigatório II	Dep. de Educação Física	31	3	3	100		NE	OBR
	36. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Basquetebol	Dep. de Educação Física		2	3	80		NC	OBR
	37. Introdução aos Estudos do Lazer	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
7º	**38.** Núcleos Temá-ticos de Pesquisa: * Pesquisa em Educação Física e Escola *Pesquisa em Educação Física, Saúde e Educação. *Pesquisa em Educação Física, Lazer e Educação. *Pesquisa em Educação Física e Esporte	Dep. de Educação Física	22 28 31 35	3	2	64	8	NE	OBR

7º	**39.** Educação Física e Saúde	Dep. de Educação Física		3	1	64	8	NC	OBR
	40. Estágio Curricular Obrigatório III	Dep. de Educação Física	35	3	3	100		NE	OBR
	41. Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	Dep. de Educação Física		3	2	80	12	NC	OBR
8º	**42.** Estágio Curricular Obrigatório IV	Dep. de Educação Física	40	3	3	100		NE	OBR
	43. Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
	44. Introdução ao Treinamento Esportivo	Dep. de Educação Física		2	2	64	8	NC	OBR
	45. Seminário de Integração de TCCs	Dep. de Educação Física			2	24		NE	OBR

Tabela 3 – Quadro de Legenda de acordo com o RGCG

Núcleo das Disciplinas	**Carga Horária das Disciplinas**	**Natureza das Disciplinas**
NC: Núcleo Comum	CHS: Carga Horária Semanal	OBR: Obrigatória
NE: Núcleo Específico	CHTS: Carga Horária Total Semestral	OPT: Optativa
NL: Núcleo Livre - todas disciplinas oferecidas no âmbito da universidade.	CH PCC: Carga Horária de Prática como Componente Curricular T: Teoria P: Prática	

7.3 Carga Horária de Núcleo Comum, Núcleo Especifico e Núcleo Livre

Conforme o disposto no RGCG vigente na UFG, este curso é organizado em semestres letivos com disciplinas semestrais. A duração do curso será de 3408 (três mil quatrocentas e oito) horas a ser integralizado no tempo mínimo de oito semestres e no tempo máximo de quatorze semestres, período em que deverão ser cumpridas obrigatoriamente:

I- Núcleo Comum (NC): 2064 horas (conhecimento de formação ampliada e de identidade da área da Educação Física);
II- Núcleo Específico (NE): 616 horas (conhecimento identificador da licenciatura);
III- Prática como Componente Curricular (PCC): 400 horas ao longo do curso distribuídas dentro de disciplinas curriculares;
IV- Núcleo Livre (NL): 128 horas (mínimo);
V- Atividades Complementares (AC**)**: 200 horas (atividades acadêmicas, científicas e culturais).

Conforme prevê a Resolução 631/CEPEC/2003, as disciplinas que compõem os currículos dos cursos de formação de professores poderão ser compostas por uma carga horária de até 20% de ensino não presencial, desde que isso seja previsto no programa de ensino da disciplina que incluir essa possibilidade em seu desenvolvimento, de acordo com a legislação em vigor. Destaca-se que o RGCG em vigor na UFG, em seu artigo 17, define que a hora-aula dos cursos presenciais é de sessenta (60) minutos,

> sendo cinquenta (50) minutos de aulas expositivas, práticas ou laboratoriais e dez (10) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas, tais como atividades em biblioteca, iniciação cientifica, trabalho individual ou em grupo, praticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas (Resolução CEPEC 1122/2012).

O núcleo livre compreende um conjunto de disciplinas de livre escolha do aluno que deverá cumprir o mínimo de 128 horas a serem cursadas no âmbito da UFG com o objetivo de ampliação e aprofundamento da formação humana e profissional.

Quanto à Prática como Componente Curricular (PCC), as 400 horas previstas na legislação estão distribuídas no interior de 35 disciplinas e concentradas, em alto número, nos quatro primeiros semestres do curso, como se lê nas tabelas dispostas mais abaixo. Destaca-se, assim, que a PCC será efetivada, neste Projeto Pedagógico de Curso, por meio da adequação dos programas de ensino das disciplinas aqui listadas, a fim de garantir o desenvolvimento da Prática como Componente Curricular dentro de sua carga-horária. O maior ou menor número de horas de PCC dentro de cada disciplina justifica-se em função de sua natureza e de sua ementa, pois a partir de seus objetos de estudo, a experimentação com o saber específico de que tratam pode ser mais ou menos privilegiada.

Assim, o modo como as horas foram distribuídas na Matriz Curricular considera, primeiramente, que todas as disciplinas, inclusive as de fundamentos, tem condições de exercitar a Prática como Componente Curricular, enfatizando a necessidade de quebrar com a dificuldade de comunicação existente entre teoria e prática e que é comum à vida acadêmica. Dessa forma, a PCC está inclusa em todas as disciplinas deste currículo, com exceção dos estágios curriculares obrigatórios, o que se justifica em função de que tais disciplinas já possuem uma carga horária específica voltada ao exercício da atividade docente. Destaca-se, ainda, que a maior carga horária da PCC está concentrada nos quatro primeiros semestres da graduação, justamente para garantir a presença de situações didáticas em momentos em que os estágios curriculares obrigatórios não se iniciaram. Após o início dos estágios curriculares obrigatórios, a carga-horária de PCC é bem menor, mas ainda ocorre para que a maior parte das disciplinas do curso produza experiências de docência em seu interior.

Ainda quanto à distribuição das horas de PCC, também foram consideradas a natureza e a ementa de algumas disciplinas, tais como Oficina Experimental I e II, que se dirige a desenvolver projetos extensionistas, e que, em função disso, absorve um quantitativo de horas de PCC bastante significativo. Ademais, as disciplinas cujos objetos de estudo estão circunscritos às metodologias de ensino e pesquisa, ou seja, do ponto de vista epistemológico, seus objetos de estudo se vinculam de modo intrínseco à experimentação e ao exercício prático, também absorveram uma carga-horária um pouco maior do que as demais disciplinas.

Período	Disciplina	PCC
1º	Fundamentos Filosóficos e Sócio Históricos da Educação	8
	Anatomia do Movimento Humano I	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação I	16
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica Escolar I	16
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Atletismo I	8
	Educação Nutricional	8
	CHT PCC	64

Período	Disciplina	PCC
2º	Políticas Educacionais	8
	Anatomia do Movimento Humano II	8
	Fundamentos Filosóficos e Sócio Históricos da Educação Física	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação II	16
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica Escolar II	16
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Atletismo II	10
	CHT PCC	66

Período	Disciplina	PCC
3º	Psicologia Educacional I	8
	Fisiologia Aplicada à Educação Física I	8
	Oficina Experimental I	40
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas I	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Jogos e Brincadeiras	10
	CHT PCC	74

Período	Disciplina	PCC
4º	Psicologia Educacional II	8
	Fisiologia Aplicada à Educação Física II	8
	Oficina Experimental II	50
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas II	10
	Introdução ao Pensamento Científico I	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol I	8
	CHT PCC	92

Período	Disciplina	PCC
5º	Introdução ao Pensamento Científico II	8
	Aprendizagem em Educação Física	8
	Biologia e Educação	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol II	10
	CHT PCC	34

Período	Disciplina	PCC
6º	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Lutas	10
	Introdução ao Estudo da Biomecânica do movimento humano	8
	Introdução aos Estudos do Lazer	8
	CHT PCC	26

Período	Disciplina	PCC
7º	Núcleos Temáticos de Pesquisa	8
	Educação Física e Saúde	8
	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	12
	CHT PCC	28

Período	Disciplina	PCC
8º	Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	8
	Introdução ao Treinamento Esportivo	8
	CHT PCC	16

1º P.	2º P.	3º P.	4º P.	5º P.	6º P.	7º P.	8º P.	CHT PCC
64	66	74	92	34	26	28	16	400

7.4 Tabela de Equivalência

Abaixo é apresentada uma proposta de planilha para a readequação do projeto pedagógico de curso vigente ao novo projeto pedagógico de curso, no caso de concordância dos estudantes em fazerem a migração do atual currículo para o novo currículo. Assim, são destacados em cada período do curso os títulos das disciplinas, cargas-horárias, situação dos alunos (se precisam ou não fazer mais disciplinas ou complementar carga-horária), apenas a partir da somatória e subtração das cargas-horárias de cada disciplina nos dois currículos.

Segundo o RGCG da UFG, o principal critério para aproveitamento de disciplinas é o atendimento a 75% da carga-horária da disciplina solicitada e compatibilidade/equivalência das ementas.

> Art. 87. A análise do pedido de aproveitamento de disciplinas ou eixos temáticos/módulos far-se-á com base na equivalência de seus conteúdos programáticos, desde que tenham, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%) da carga horária das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos equivalentes da UFG. (Resolução CEPEC n. 1122/2012).

A grade curricular apresentada neste PPC atende aos dois critérios supracitados, restando apenas uma pequena carga horária a ser cumprida nas disciplinas que possuem a sequência I e II.

O presente documento trabalha com a compreensão de que dentre os possíveis procedimentos a serem tomados para o aproveitamento de disciplinas estejam tarefas como: pesquisas e trabalhos teóricos, experimentações que confrontem teoria e prática, realização de seminários e outras atividades similares.

No caso das disciplinas absolutamente novas, elas devem ser cursadas em sua integralidade conforme prevê este PCC.

Tabela 4 – Proposta de equivalência entre matriz nova e antiga

1º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Fundamentos filosóficos e sócio-históricos da Educação	64	Fundamentos filosóficos e sócio-históricos da Educação	64	---
Anatomia do Movimento Humano I	64	Anatomia do Movimento Humano (anual)	128	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Dança-Educação I	64	Metodologia de ensino e pes-quisa em Dança (4º período)	90	
Metodologia de ensino e pesquisa em Ginástica Escolar I	64	Metodologia de ensino e pesquisa em Ginástica Escolar (Anual)	128	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Atletismo I	64	Metodologia de ensino e pesquisa em Atletismo (2º período)	90	---
Educação Nutricional	64	Educação Nutricional	64	---
2º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Políticas Educacionais	64	Políticas Educacionais no Brasil	64	---
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	64	---	---	64
Anatomia do Movimento Humano II	64	Anatomia do Movimento Humano (Anual)	128	---
Fundamentos filosóficos e sócio históricos da Educação Física	64	Fundamentos filosóficos e sócio históricos da Educação Física	64	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Dança-Educação II	64	Metodologia de ensino e pes-quisa em Dança (4º período)	90	38
Metodologia de ensino e pesquisa em Ginástica Escolar II	64	Metodologia de ensino e pes-quisa em Ginástica Escolar (Anual)	128	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Atletismo II	64	Metodologia de ensino e pesquisa em Atletismo (2º. período)	90	38
3º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Psicologia Educacional I	64	Psicologia Educacional I	64	---
Antropologia do corpo	64	Antropologia do corpo	64	---
Fisiologia aplicada à Educação Física I	64	Fisiologia aplicada à Educação Física (Anual)	128	---
Oficina Experimental I	64	Oficina Experimental (Anual)	128	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Práticas Aquáticas I	64	Metodologia de ensino e pes-quisa em Natação (1º. per.)	90	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Jogos e Brincadeiras	80	Metodologia de ensino e pes-quisa em Jogos e Brinca-deiras	64	16
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Voleibol	80	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Voleibol	90	---
4º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Psicologia Educacional II	64	Psicologia Educacional II	64	---
Fisiologia aplicada à Educação Física II	64	Fisiologia aplicada à Educação Física (Anual)	128	---

Oficina Experimental II	64	Oficina Experimental (Anual)	128	---
Metodologia de ensino e pes-quisa em Práticas Aquáticas II	64	Metodologia de ensino e pes-quisa em Natação (2º per.)	90	38
Introdução ao Pensamento Científico I	64	Introdução ao Pensamento Científico	64	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Futebol I	64	Metodologia de ensino e pesquisa em Futebol (4º per.)	90	---
5º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Introdução ao Pensamento Científico II	64	---	---	64
Aprendizagem em Educação Física	64	Sujeito, aprendizagem e Edu-cação Física	64	---
Biologia e Educação	64	Biologia e Educação (6º per.)	64	---
Metodologia de ensino e pesquisa em Futebol II	64	Metodologia de ensino e pesquisa em Futebol (4. per.)	90	38
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Handebol	80	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Handebol (6º per.)	90	---
Estágio Curricular Obrigatório I	100	Estágio Curricular Supervi-sionado I (Anual)	200	---
6º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Lutas	80	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Lutas	64	16
Introdução ao Estudo da Biomecânica do Movimento Humano	64	Introdução ao Estudo da Biomecânica do Movimento Humano	64	---
Estágio Curricular Obrigatório II	100	Estágio Curricular Supervisionado I (Anual)	200	---
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Basquetebol	80	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Basquetebol	90	---
Introdução aos Estudos do Lazer	64	Introdução aos Estudos do Lazer (5º período)	64	---
7º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Núcleos Temáticos de Pesquisa	64	Núcleos Temáticos de Pesquisa (8º período)	90	---
Educação Física e Saúde	64	Educação Física e Saúde	64	---
Estágio Curricular Obrigatório III	100	Estágio Curricular Supervisionado II (Anual)	200	---
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	80	Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	90	---
8º PERÍODO				
DISCIPLINA (MATRIZ NOVA)	**CH**	**DISCIPLINA EQUIVALENTE (MATRIZ ANTIGA)**	**CH**	**CHC**
Estágio Curricular Obrigatório IV	100	Estágio Curricular Supervisionado II (Anual)	200	---
Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	64	Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	64	---
Introdução ao Treinamento Esportivo	64	---	---	64
Seminário de Integração de TCCs	24	Núcleos Temáticos de Pesquisa	90	---

CH= Carga horária semestral;
CHC= Carga-horária complementar, em caso de necessidade.

7.5 Ementário dos Componentes Curriculares

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

Ementa: A educação como processo social; a educação brasileira na experiência histórica do ocidente; a história das ideias pedagógicas; a ideologia liberal e os princípios da educação pública; os movimentos educacionais e a luta pelo ensino público no Brasil. Sociedade, cultura e educação contemporânea no Brasil frente aos eixos curriculares do gênero, da sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência, dos direitos humanos e das políticas de educação ambiental.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. H. A. Filosofia da Educação. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.
SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, L. G.; ZENAIDE, M. de N; DIAS, A. (Orgs.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na filosofia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPb, 2010. 387p.
LUCKESI, C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.
MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento 19. ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
NIETZSCHE, F. W. A filosofia na época trágica dos gregos São Paulo: Escala, 2008.

ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO I

Ementa: Estudo anátomo funcional do Aparelho Locomotor, Sistema Nervoso e Sistema Sensorial, dando ênfase aos diferentes aspectos da dinâmica muscular e da anatomia aplicada nas complexas formas do movimento humano.

Bibliografia Básica:

DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu S.A., 2007.
PUTZ, R.; PABST, R. Atlas de Anatomia Humana – SOBOTTA. 20. ed. Tradução: Hélcio L. Werneck - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2001. v.1 e 2.
SPENCE, A. (1929) Anatomia Humana Básica. 2. ed. Tradução: Edson Aparecido Liberti. São Paulo: Manole, 1991.

Bibliografia Complementar:

DRAKE, L. R.; VOGL, W.; MITCHELL, A.W.M. Gray's – Anatomia para estudantes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
MACHADO, A.B.M. Neuroanatomia Funcional. São Paulo: Atheneu, 2002.
NETTER, F.H. Atlas de Anatomia Humana. Tradução: Jacques Vissoky. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
VAN DE GRAAF, K. M. (1942) Anatomia Humana. 6. ed. Tradução e Revisão Científica: Nader Wafae. Barueri, SP: Manole Ltda, 2003.
YOKOCHI, C., LUTJEN, E. Anatomia Humana – Altas Fotográfico da Anatomia Sistêmica e Regional. 5. ed. São Paulo: Manole Ltda, 2002.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM DANÇA-EDUCAÇÃO I

Ementa: Estudo básico dos aspectos históricos, conceituais, técnicos e estéticos da dança-educação e de sua influência na Educação e na Cultura Brasileira. Influências da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na dança e manifestações culturais brasileiras. Estudo básico da linguagem expressiva desenvolvida pela dança-educação, considerando a universalização de diferentes manifestações artístico-culturais e as possibilidades para a formação humana de crianças, jovens e adultos no campo da Diversidade, Inclusão e Deficiência. Folclore e cultura popular.

Bibliografia Básica:

BOURCIER, P. História da dança no Ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
MARQUES, I. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.
HANNA, J. L. Dança, Sexo e Gênero. [S.l.]: ROCCO, 1999.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. Danças dramáticas do Brasil. São Paulo: Itatiaia, 1982. 3 v.
ARANTES, A. A. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense,1990.
BRANDÃO, C.R. O que é folclore. São Paulo: Brasiliense, 1992.
BREGOLATO, Roseli Aparecida. Cultura corporal da dança. São Paulo: Ícone, 2000. (Coleção Educação Física Escolar: no princípio da totalidade e na concepção histórico-crítica-social. Livro do Professor e do Aluno, v.1.).
CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 10ª ed. São Paulo: Ediouro, 2001.
DAOLIO, J. Da cultura do corpo. São Paulo: Papirus, 1995.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

Ementa: Estudo sobre os princípios básicos de nutrição, grupos de alimentos, higiene e aproveitamento de alimentos, crescimento e desenvolvimento humano. Avaliação nutricional e necessidades nutricionais de estudantes da educação básica. Análise crítica dos programas institucionais de alimentação e merenda escolar. Relação entre Educação Nutricional e políticas de Educação Ambiental.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, J. E. D. de. Ciências Nutricionais. São Paulo: Editora Sarvier.1998.
SOUZA JR., T. P. de.; PEREIRA, B. Suplementação Esportiva: Auxílios Ergogênicos Nutricionais no Esporte e Exercício. São Paulo: PHORTE, 2012.
TIRAPEGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2006.

Bibliografia Complementar:

CLARK, N. Guia de nutrição desportiva: alimentação para uma vida ativa. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
FAGIOLI, D.; NASSER, L. A. Educação nutricional na infância e na adolescência: planejamento, intervenção, avaliação e dinâmicas. São Paulo: RCN Editora, 2006.
FERNANDEZ-ARMESTO, F. Comida: uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
FLANDRIN, J. L. História da alimentação. 7. ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2013.
WILLIAMS, M. H. Nutrição para saúde, condicionamento físico & desempenho esportivo. 5. ed. São Paulo: Manole, 2002.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM GINÁSTICA ESCOLAR I

Ementa: Estudo do conceito e das formas de expressão da Ginástica na formação histórica, estética e social da civilização ocidental, na tradição dos projetos político-pedagógicos da Grécia e do Iluminismo, ou seja, da Paidéia e da Bildung. Apreensão dos elementos constitutivos da ginástica e de sua abordagem enquanto conteúdo temático tratado pelas teorias pedagógicas da Educação Física. Elaborar e investigar elementos teórico-metodológicos do trato da ginástica no campo do currículo escolar frente aos temas do gênero, sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência e das políticas de educação ambiental.

Bibliografia Básica:

AYOUB, E. Ginástica Geral e Educação Física Escolar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
SOARES, C. L. Imagens da Educação no corpo: estudo a partir da ginástica Francesa do século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
_____. Educação Física: raízes europeias no Brasil. Campinas: Autores Associados,1994.

Bibliografia Complementar:

JAEGER, W. W. Paidéia: a formação do homem grego. Tradução de Arthur M. Parreira. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1412 p.
MARINHO, I. P. Lugar da Educação Física no plano educacional, 1945. In: Goellner, S. V. (Org.). Inezil Penna Marinho – Coletânea de Textos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005. 116p.
PLATÃO. Diálogos III: A República / Platão. Tradução de Leonel Vallandro. 26. ed, Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, 236p.
SOARES, C. L. (Org.). Corpo e História. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
YALOURIS, N. Et al. Os jogos Olímpicos na Grécia Antiga. Editora: Odysseus, 2004.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO I

Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do atletismo (Corridas, Caminhada, Marcha Atlética e Cross-Country) e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando a historicização, o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos e/ou atividades de intervenção. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do atletismo na escola e em ambientes educacionais. Esporte Adaptado: Corridas, Caminhada, Marcha Atlética e Cross-Country direcionado às pessoas com deficiência e grupos especiais.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, J. L. Corridas. São Paulo-SP: EPDU, 2003.
MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
_____. Atletismo se Aprende na Escola. 2. ed. Jundiaí – SP: Fontoura, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, P. F. de; SILVA, R. de F. da; SEABRA JÚNIOR, J. Educação Física Adaptada no Brasil. São Paulo-SP: Phorte, 2008.
COICEIRO, G. A. 1000 exercícios e jogos para o Atletismo. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Sprint, 2008.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. de. Introdução - Atletismo. In: _____. Para Ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na Escola. 7. ed. Campinas-SP: Papirus, 2007. p. 13-26 e 115-135.
GO TANI; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2006.
MATTIESEN, S.Q.; GINCIENE, G. História das Corridas. Várzea Paulista-SP: Fontoura, 2013. v.1.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ementa: A relação Estado e políticas educacionais; os desdobramentos da política educacional no Brasil pós-64; as políticas de regulação e gestão da educação brasileira e a (re)democratização da sociedade brasileira; os movimentos de diversificação, diferenciação e avaliação da educação nacional. Legislação educacional atual; a regulamentação do sistema educativo goiano e as perspectivas para a escola pública em Goiás. Políticas curriculares nacionais, estaduais e municipais e os eixos temáticos (transversais) do gênero e sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência, dos direitos humanos e das políticas de educação ambiental.

Bibliografia Básica:

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. 6. ed. São Paulo. Editora Moraes, 1980.
FREITAS, I. M. S. de.; VIEIRA, S. L. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Editora Plano, 2007.
OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.
BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Escritos da Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p.39-64.
CASTELLANI FILHO, L. Política Educacional e Educação Física. São Paulo: Autores Associados, 1998.
LIMA, J. C. F. de.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
SAVIANI, D. Da nova e LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2004.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Ementa: Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O surdo e a sociedade.

Bibliografia Básica:

FALCÃO, L. A. Surdez, Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos. Recife: Editora do Autor, 2010.
FONSECA, V. da. Inclusão: uma guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
GÓES, M. C. R. de. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Bibliografia Complementar:

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.
KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Libras. São Paulo: Escala, 2011. v.1.
KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Libras. São Paulo: Escala, 2011. v.2.
KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Libras. São Paulo: Escala, 2011. v.3.
PIMENTA, N. Livro + DVD 'Curso Libras I'. 3 ed. revista e atualizada. LSB Vídeo, 2008.

ANATOMIA DO MOVIMENTO HUMANO II

Ementa: Estudo anátomo-funcional dos Sistemas Circulatório, Respiratório, Urogenital, Endócrino e Tegumentar, dando ênfase aos diferentes aspectos funcionais da anatomia aplicada à Educação Física.

Bibliografia Básica:

DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu S.A., 2007.
PUTZ, R.; PABST, R. Atlas de Anatomia Humana – SOBOTTA. 20. ed. Tradução: Hélcio L. Werneck - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2001. v.1 e 2.
SPENCE, A. (1929) Anatomia Humana Básica. 2. ed. Tradução: Edson Aparecido Liberti. São Paulo: Manole, 1991.

Bibliografia Complementar:

DRAKE, L. R.; VOGL, W.; MITCHELL, A.W.M. Gray's – Anatomia para estudantes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
MACHADO, A.B.M. Neuroanatomia Funcional. São Paulo: Atheneu, 2002.
NETTER, F.H. Atlas de Anatomia Humana. Tradução: Jacques Vissoky. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VAN DE GRAAF, K. M. (1942) Anatomia Humana. 6. ed. Tradução e Revisão Científica: Nader Wafae. Barueri, SP: Manole Ltda, 2003.
YOKOCHI, C., LUTJEN, E. Anatomia Humana – Altas Fotográfico da Anatomia Sistêmica e Regional. 5. ed. São Paulo: Manole Ltda, 2002.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SÓCIO HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física. Estudo das tendências pedagógicas construídas historicamente no campo da Educação Física brasileira. Conhecimento das principais correntes da teoria do conhecimento e dos pressupostos teórico-filosóficos subjacentes às teorias da Educação Física. Elementos históricos e filosóficos de análise da realidade da Educação e da Educação Física brasileiras. O corpo e a sociedade brasileira: ideologia, dominação e diversidade sociocultural.

Bibliografia Básica:

SOARES, C. L. Metodologia do ensino de educação física. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. 200 p.
SOARES, C. L. Educação física: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. 167p.
JAEGER, W. W. Paideia: a formação do homem grego. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. XVIII, 1413 p.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, T. W. Introdução à sociologia (1968). São Paulo: Edirora UNESP, 2008. 358 p.
ALMEIDA, F. Q. de; BRACHT, V. Emancipação e diferença na educação: uma leitura com Bauman. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 189p.
KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 3.ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 2000. 160 p.
SAVIANI, D. Educação: do senso comum a consciência filosófica. 8. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987. 224p.
OLIVEIRA, M. A. T. de. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 481p. (Estudos CDAPH: Série Historiografia).

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM DANÇA-EDUCAÇÃO II

Ementa: Análise de metodologias de ensino e pesquisas em dança-educação e sua relação com as práticas pedagógicas formais e plurais. Pesquisa do movimento corporal, considerando o peso, espaço, tempo e fluência, fundamentada na dança educativa moderna. Metodologia de ensino em Educação Física e o tratamento pedagógico da dança como formação para a cidadania, diversidade sociocultural e sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

LABAN, R. Dança Educativa Moderna. São Paulo: Ícone, 1990.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
CORDEIRO, A. Nota-Anna: A escrita eletrônica dos movimentos do corpo baseada no método Laban. São Paulo: AnnaBlume, FAPESP, 2003.

Bibliografia Complementar:

CYPRIANO, F. Pina Bausch. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
FUX, M. Dançaterapia. São Paulo: Summus, 1999.
HANNA, J. L. Dança, Sexo e Gênero. [s.l.]: Rocco, 1999.
LABAN, R. Domínio do Movimento. São Paulo: Summus, 1978.
RANGEL, L. Dicionário Laban. São Paulo: Annablume, 2003.
Revista Pensar a Prática. Revista da Pós-Graduação em Educação Física/Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física. vol.6, jun/jul. 2002-2003. Goiânia: Editora UFG.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM ATLETISMO II

Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do atletismo – Saltos, Arremessos, Trilhas e Atividades Ecológicas - e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando a historicização, o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos e/ou atividades de intervenção. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do atletismo na escola e em ambientes educacionais. Esporte Adaptado: Saltos, Corridas, Trilhas e Atividades Ecológicas direcionado às pessoas com deficiência e à grupos especiais.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, J. L. Saltos-Arremessos. São Paulo-SP: EPDU, 2003.
MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
_____. Atletismo se Aprende na Escola. 2. ed. Jundiaí – SP: Fontoura, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, P. F. de; SILVA, R. de F. da; SEABRA JÚNIOR, J. Educação Física Adaptada no Brasil. São Paulo-SP: Phorte, 2008.
COICEIRO, G. A. 1000 exercícios e jogos para o Atletismo. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Sprint, 2008.
GO TANI; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2006.
OLIVEIRA, M. C. M de. Atletismo Escolar. Rio de Janeiro - RJ: Sprint, 2006.
PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. Pedagogia da Aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Jundiaí – SP: Fontoura, 2010.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM GINÁSTICA ESCOLAR II

Ementa: Estudo dos processos conceituais e metodológicos contemporâneos da ginástica e de seus impactos nas aulas de Educação Física escolar. O ensino e a pertinência da ginástica na escola, seus conteúdos, objetivos e procedimentos didático-metodológicos. O conhecimento, as manifestações culturais e a produção teórico-metodológica e artística da Ginástica na relação com as demais linguagens corporais expressivas. Composição e apresentação pública das produções em ginástica geral tematizando gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, inclusão, deficiência e políticas de educação ambiental, dentre outros.

Bibliografia Básica:

AYOUB, E. Ginástica Geral e Educação Física Escolar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
BREGOLATO, R. A. Cultura corporal da ginástica: livro do professor e do aluno. São Paulo: Ícone, 2008. v.2.
PAOLIELLO, E. Ginástica Geral: experiências e reflexões. São Paulo: Phorte, 2008.

Bibliografia Complementar:

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
GAIO, R. Ginástica Rítmica Popular: uma proposta educacional. 2 ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2007.
_____. Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível. Jundiaí, São Paulo: Editora Fontoura, 2008.
NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. Pedagogia da cultura corporal – críticas e alternativas. São Paulo, SP: Phorte, 2006.
SANTOS, C. R. dos. Gymnica: 1000 exercícios - ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim acrobático, mini-trampolim, acrobática. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. 357p.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa: Psicologia como ciência. Constituição da Psicologia da Educação no Brasil. Relação entre Psicologia e Diversidade sociocultural. Concepções teóricas de aprendizagem e desenvolvimento que fundamentam as práticas pedagógicas da Educação Escolar no Brasil (Behaviorismo, Humanismo, Construtivismo e Abordagem Histórico-cultural): análise crítica de suas contribuições. Possibilidades e limites do conhecimento psicológico à análise e solução das questões educacionais.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2014.
CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
GOULART, Í. B. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

COLL, C. Psicologia do ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
PIAGET, J. Psicologia da Inteligência. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1967.
ROGERS, C. R. Liberdade para aprender. Belo Horizonte: Interlivros, 1972.
SKINNER, F.B. Ciência e Comportamento. São Paulo: Martins Editora, 2003.
VIGOTSKI, L.S. A Formação Social da Mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTROPOLOGIA DO CORPO

Ementa: Introdução ao pensamento antropológico. O Relativismo, o Etnocentrismo, Alteridade. Análise da cultura como geradora de percepções e concepções de corpo, de cultura corporal e de diversidade sociocultural, em especial na interpelação de aspectos da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Estudo da corporeidade humana enquanto fenômeno social gerador de expectativas e respostas sociais.

Bibliografia Básica:

DAOLIO, J. Da Cultura do Corpo. São Paulo: Papirus, 1995.
LE BRETON, D. Antropologia do corpo e modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
RODRIGUES, J. C. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, J. de C. Corpo feminino e mutilação: um estudo antropológico. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.). História do corpo no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2011. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.
LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
MAUSS, M. As técnicas corporais. In: Sociologia e Antropologia. 2. ed. SP: Cosac & Naify, 2005.
VIGARELLO, G. As Metamorfoses do Gordo - História da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA I

Ementa: Estudo funcional básico do organismo humano: biofísica celular, sistemas muscular, nervoso, cardiovascular.

Bibliografia Básica:

DOUGLAS, C. R. Tratado de Fisiologia aplicada as ciências da saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
McARDLE, W. D. Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
SHERWOOD, L. Fisiologia humana: das células aos sistemas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia complementar:

HALL, J. E.; GUYTON, A. C. Tratado de fisiologia médica.12. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2011.
KENNEY, W. *L. Fisiologia do Esporte e do exercício. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.*
POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 8. ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.
HANSEN, J. T. Atlas de fisiologia humana de Netter. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.
LEVY, M. N. Berne & Levy. Fundamentos de fisiologia. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2006.

OFICINA EXPERIMENTAL I

Ementa: Estudo, experimentação e reflexão em diversos ambientes educacionais que tratam dos elementos da cultura corporal. Elaboração de projetos de extensão que apontem ações direcionadas para a superação dos problemas da prática pedagógica nos campos de atuação da Educação Física na interface com os temas do gênero e sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência, dos grupos especiais e das políticas de educação ambiental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX; SESu/MEC, 2001.
BUSATO, M. A.; POZZOBON, M. E. Extensão Universitária: reflexão e ação. Chapecó-SC: Argos, 2009.
CAPARROZ, F. E. Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção. Vitória-ES: Proteoria, 2010.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, E. J. (Org.) Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.
DARIDO, S. C. Educação Física Escolar: compartilhando experiências. São Paulo-SP: Phorte Editora, 2011.
MOREIRA, W. W. (Org.). Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI. São Paulo: Papirus Editora, 2010.
SOUZA NETO, J. C. de; ATIK, M. L. G. (Org.). Extensão Universitária: construção da solidariedade. São Paulo-SP: Expressão e Arte, 2005.
UFG. RESOLUÇÃO CONSUNI 03/2008. Regulamenta as ações de extensão na Universidade Federal de Goiás. Goiânia: PROEC/UFG, 2008.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM PRÁTICAS AQUÁTICAS I

Ementa: Evolução histórica da natação. Adaptação ao meio líquido. Princípios e leis aplicados as atividades aquáticas. Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos dos estilos básicos de natação e hidroginástica. Estudo dos métodos de ensino e pesquisas sobre natação em ambientes educacionais, esportivos e de lazer e suas possibilidades para o desenvolvimento e formação humana (bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência e grupos especiais).

Bibliografia Básica:

COLWIN, C. Nadando para o século XXI. São Paulo: Manole, 2000.
LIMA, W. U. de. Ensinando natação. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2009.
PALMER, M. A ciência do ensino da natação. 2 ed. São Paulo: Manole, 1993.

Bibliografia Complementar:
COSTA, P. H. L. da. Natação e atividades aquáticas. São Paulo: Manole, 2009.
CORRÊA, C. R.; MASSAUD, M. G. Natação na idade escolar. São Paulo: Sprint, 2004.
GREGUOL, M. Natação adaptada. São Paulo: Manole, 2010.
OLIVIERA, P. R. de. Natação terapêutica para asmáticos. São Paulo Phorte, 2011.
PERIERA, M. D. Aprendendo a nadar em ludicidade. São Paulo: Phorte, 2005.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM JOGOS E BRINCADEIRAS
Ementa: História, teorias, conceitos e classificações de jogo, brinquedo e brincadeiras na infância. Significados da recreação na Educação Física, na educação infantil e no ensino fundamental. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras como elementos constitutivos de uma pedagogia escolar. Análise de métodos de ensino e pesquisa sobre os jogos e as brincadeiras no contexto da educação básica, tematizando as questões da diversidade sociocultural, da inclusão e deficiência, e dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:
HUIZINGA, J. Homo Ludens: a brincadeira como elemento da cultura. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
KISHIMOTO, T. M. Jogos, Brinquedos e a Educação (Org.). 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Jogos de Papeis: um olhar para as brincadeiras infantis. São Paulo, Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:
DEL PRIORE, M. (Org.) História das crianças no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
FREITAS, M. C. de (Org.). História social da infância no Brasil. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
FRIEDMAN, A. O Brincar no cotidiano da criança. São Paulo: Moderna, 2006.
WINNICOTT, D. W. O Brincar e a Realidade. Trad. José O. de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM VOLEIBOL
Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do voleibol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do voleibol na escola, em especial frente às temáticas da Diversidade, Inclusão e Deficiência.

Bibliografia Básica:
BAIANO, A. Voleibol: sistemas e táticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.
BIZZOCCHI, C. O Voleibol de alto nível: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.
BOJIKIAN, J. Ensinando Voleibol. São Paulo: Phorte, 1999.

Bibliografia Complementar:
CARVALHO, O. M. Voleibol 1000 exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.
CBV. Regras oficiais do voleibol. Rio de Janeiro: Sprint, 2015.
LEMOS, A. Voleibol escolar. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2006.
SHAUMANOV, A. Voleibol: fundamentos biomecânicos. São Paulo: Phorte, 1998.
SUVOROV, Y.; GRISCHIN, O. N. Voleibol Iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 1990. v. 1 e 2.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II
Ementa: Aplicação de princípios básicos de aprendizagem e desenvolvimento ao ensino de conteúdos: condições educativas essenciais à aprendizagem efetiva. Interações em sala de aula: o papel do professor na formação de valores, autoimagem e autoconceito. Aspectos psicológicos da avaliação da aprendizagem.

Bibliografia Básica:
BOCK, A. M. et al. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
FONTANA, R.; CRUZ, M. N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.
MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo, SP: EPU, 1996.

Bibliografia Complementar:
LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Disponível em: <http://www.artmed.com.br/patioonline/patio.htm?PHPSESSID=47c842e39090dec902020db09b210123>. Acesso em: abr. 2010.
MORAIS, R. (Org.). A sala de aula: que espaço é esse? Campinas, SP: Papirus, 1991.
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky - Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.

PATTO, M. H. S. Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
PATTO, M. H. S. Introdução à psicologia escolar. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO I

Ementa: Introdução aos procedimentos de estudo, coleta de dados e documentação. Interpretação textual, técnicas de análise, elaboração de fichamento e resenhas. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência, às origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. Iniciação científica e formação do pesquisador. Elementos que compõem a lógica interna da pesquisa científica. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2007. 304p.
TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, M. E. A.; LÜDKE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2 ed. São Paulo: EPU, 2004. 99p.
CHEPTULIN, A. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 352p.
COUTINHO, C. P. Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática. Coimbra, PT: ALMEDINA, 2011. 421p.
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120p.
MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 231p.

FISIOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA II

Ementa: Estudo funcional básico do organismo humano: reprodutor, respiratório, digestivo, renal, endócrino, regulação da temperatura, equilíbrio acidobásico e metabolismo durante a atividade física. Efeitos do treinamento de endurance sobre os vários órgãos durante o exercício.

Bibliografia Básica:

FOX, E. *L*; BOWERS, R. W.; FOSS M. L. Bases fisiológicas da educação física e dos desportos. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
HALL, J. E.; GUYTON, A. C. Tratado de fisiologia médica.12. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2011.
POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 8. ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

Bibliografia Complementar:

ACSM (American College of Sports Medicine). Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
GENTIL, P. R. V. Bases científicas do treinamento de hipertrofia. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2014.
HALL, J. E.; GUYTON, A. C. Tratado de fisiologia médica.12. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2011.
KENNEY, W. L. Fisiologia do Esporte e do exercício. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
NEGRÃO, C.E.; BARRETTO, A.C.P. Cardiologia do Exercício: do Atleta ao Cardiopata. 3. ed. São Paulo: Editora Manole, 2010.

OFICINA EXPERIMENTAL II

Ementa: Desenvolvimento dos projetos extensionistas nos campos de intervenção estabelecidos na Oficina Experimental I.

Bibliografia Básica:

DARIDO, S. C. Educação Física Escolar: compartilhando experiências. São Paulo-SP: Phorte Editora, 2011.
NOGUEIRA, M. das D. P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2005.
TAVARES, C. Z.; MARTINS, L.T. Extensão em Pauta: um recorte de Projetos no Ensino superior. Curitiba-PR: CRV, 2013.

Bibliografia Complementar:

GO TANI; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2006.
GO TANI. A educação física e o esporte no contexto da universidade. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, v. 25, n. esp., São Paulo-SP, p. 117-126, dez. 2011.
PIRES, V.; PAZ, B.; PAZ, J. R. Extensão universitária: um momento de experiência, de produção do conhecimento e de reflexão da formação do profissional de educação física. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. Brasília-DF, v. 15, n.1, p.73-80, jul. 2011.

SÍVERES, L. (Org.). A extensão universitária como princípio de aprendizagem. Brasília-DF: UCB/Liber Livro, 2013.
SOUZA NETO, J. C. de; ATIK, M. L. G. (Org.). Extensão Universitária: construção da solidariedade. São Paulo-SP: Expressão e Arte, 2005.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL I

Ementa: Introdução ao conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e sistemas táticos do futebol e suas diferentes manifestações esportivas (futsal) e culturais objetivando o conhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem nos espaços escolar, esportivos e de lazer. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do futebol na escola, em especial frente às temáticas da Diversidade, Inclusão e Deficiência.

Bibliografia Básica:

DAÓLIO, J. (Org). Futebol, cultura e sociedade. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.
FREIRE, J. B. Pedagogia do futebol. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.
GUTERMAN, M. O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, R. S. L. Futebol, uma paixão nacional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
DE ROSE JÚNIOR, D. Modalidades esportivas coletivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
GIULIANOTTI, R. Sociologia do futebol . São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
KUNZ, E. Didática 3: Futebol. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
VOZER, R. da C. Futsal: princípios técnicos e táticos. 2. ed. Canoas/RS: Editora da ULBRA, 2003.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM PRÁTICAS AQUÁTICAS II

Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos para o aperfeiçoamento e treinamento dos quatro estilos de natação (Crawl, Costas, Peito e Borboleta), saídas e viradas e das regras oficiais. Análise dos métodos de ensino e pesquisas sobre a natação competitiva em ambientes educacionais e esportivos. Estudo das técnicas e métodos de salvamento no meio líquido.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, C.R.F.; MASSAUD, M.G. Natação - 4 nados*:* Aprendizado e aprimoramento. 2 ed. São Paulo: Sprint, 2001.
EVANS, J. Natação total. São Paulo: Manole, 2009.
GUZMAN, R. Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado. São Paulo: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

COLWIN. C. M. Nadando para o Século XXI. São Paulo: Manole, 2000.
KERBEJ, F. C. Natação: Algo mais que quatro nados. São Paulo: Manole, 2002.
MAGLISHO. E. W. Nadando ainda mais rápido. São Paulo: Manole,1999.
REGRAS OFICIAIS DE NATAÇÃO 2006-2008. São Paulo: Sprint, 2008.
THOMAS, D. G. Natação avançada: etapas para o sucesso. São Paulo: Manole, 1999.

APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Estudo das concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano e a sua relação com as teorias pedagógicas da Educação Física. Perspectivas para a aprendizagem na educação do corpo da criança e do jovem no processo de ensino escolar. Tematização de aspectos fundamentais na educação do corpo, tais como gênero, sexualidade, infância, relações étnico-raciais, inclusão, deficiência, agressividade, direitos humanos.

Bibliografia Básica:

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2009.
SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
TANI, G. et al. Educação Física escolar: fundamentos para uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

Bibliografia Complementar:

KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 13.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2006.
NEGRINE, A. O corpo na Educação Infantil. Caxias do Sul: Educs, 2002.
PEREIRA, A. de I.; DARIDO, S. C. (Org.). Educação física e temas transversais na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012.
PEREYRA, C.; CENA, M.; FASSINA, M. Experiencia de sí y problematizaciones en las prácticas corporales. Córdoba, Argentina: Alción Editora, 2002. 140p.
RAMOS, G. N. S.; GONÇALVES JUNIOR, L. A educação física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal. São Carlos: EDUFScar, 2005.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO II

Ementa: Introdução aos projetos de pesquisa científica, abordando a relação lógica entre pergunta (problema) e resposta (processo científico), entre métodos, teorias e pressupostos epistemológicos. Escolha e delimitação de objeto de estudo. Elaboração de projetos de pesquisa, debates e seminários temáticos.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 207p.
GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. 5 ed. Campinas-SP: Alínea, 2011. 79p.
TRIVIÑOS, A. N. S.; MOLINA NETO, V. (Orgs.). A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas. Porto Alegre: UFRGS: Sulina, 1999. 176p.

Bibliografia Complementar:

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 516 p.
CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 144p.
DEMO, P. Educar pela pesquisa. 9. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 148p.
FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.
LEITE, F. T. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). 3 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008. 318p.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM HANDEBOL

Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do handebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando a historicização, o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar e em ambientes educacionais. Participação na organização de eventos esportivos e/ou atividades de intervenção. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do handebol na escola. Esporte Adaptado: Handebol direcionado às Pessoas com deficiência e grupos especiais.

Bibliografia Básica:

CALDAS, I. Handebol como conteúdo para as aulas de Educação Física. Recife - PE: EDUPE, 2003.
EHRET, A. et al. Manual de Handebol*:* treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo – SP: Phorte, 2002.
GRECO, J. P.; ROMERO, J. J. F. (Orgs). Manual de Handebol: da iniciação ao alto nível. São Paulo-SP: Phorte, 2012.

Bibliografia Complementar:

CALEGARI, D. R.; GORLA, J.I.; ARAÚJO, P. F. de. Handebol em Cadeira de Rodas: regras e treinamento. São Paulo-SP: Phorte, 2010.
GO TANI; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2006.
KNIJNIK, J. D. Handebol. São Paulo - SP: Odysseus, 2009.
SANTOS, A. L. P. dos. Manual de MiniHandebol. São Paulo-SP: Phorte, 2003.
ZAMBERLAN, E. Handebol Escolar e de Iniciação. Cambé-PR: Imagem, 1999.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM FUTEBOL II

Ementa: Aprofundamento teórico-prático dos fundamentos técnicos, sistemas táticos e regras básicas do futebol. Participação na organização prática de eventos esportivos e/ou atividades de intervenção, também no campo do Esporte Adaptado direcionado às Pessoas com deficiência e grupos especiais.

Bibliografia Básica:

DUARTE, F. Futebol exportação. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.
LOPES, A. A. da S. M. Futsal: metodologia e didática da aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2008.
PRONI, M. W. A metamorfose do futebol. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2000.

Bibliografia Complementar:

AGOSTINHO, G. Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: FPERJ, Mauad, 2002.
ANDRADE, S. O futebol dos imbecis e os imbecis do futebol. São Paulo: Códex, 2002.
FREIRE, J. B. Pedagogia do futebol. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.
MÁXIMO, J. Brasil, um século de futebol: arte e magia. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2005.
NAVARRO, A. C.; ALMEIDA, R. de. Futebol: bola no pé é gol. São Paulo: Phorte, 2009.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I

Ementa: Identificação e análise das teorias da didática e da organização do trabalho pedagógico, estudo investigativo de problemáticas significativas da organização geral da escola e da educação física, em especial, planejamento, gestão, projeto político-pedagógico e currículo em estabelecimentos de educação básica da rede pública de ensino. Políticas curriculares nacionais, estaduais e municipais da educação e Educação Física e os eixos temáticos (transversais) do gênero e sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência, dos direitos humanos e das políticas de educação ambiental. Construção do projeto de intervenção perpassado pelas teorias pedagógicas e eixos curriculares a ser concretizado no Estágio II.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 148p.
KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2000. 160p.
SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de Educação Física. 2. ed. ver., São Paulo: Cortez, 2009. 200p.

Bibliografia Complementar:

KUNZ, E. et al. Didática da Educação Física. Ijuí: Unijuí, 1998. v.1.
_____. Didática da Educação Física. Ijuí: Unijuí, 2004. v.2.
LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2003. 263 p.
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 474p.
VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 29 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. 192p.

BIOLOGIA E EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo histórico dos conceitos de evolução e seleção natural. Compreensão dos aspectos básicos da constituição humana como um processo histórico, evolutivo, a partir de sua diferenciação dos animais. Compreensão do engendramento da filogênese, da ontogênese e da história social. Compreensão das dimensões biológica e cultural na constituição humana. Análise do processo da biologização das relações sociais, especialmente a educação. Análise das implicações das visões inatistas e empiristas na produção de preconceitos educacionais, em especial no campo da diversidade sociocultural.

Bibliografia Básica:

FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998.
FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. 3. ed. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2009.
SANTOS, M. A. dos. Biologia Educacional. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar:

BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
LA TAILLE, Y. de. Piaget, Vygostsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 4. ed. São Paulo: Summus,1992.
LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais 4. ed. São Paulo: Ícone, 2005.
REGO, T. C. Vygostsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
REICHHOLF, J. H. O enigma da evolução do homem: o aparecimento da espécie humana em interação com a natureza. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM LUTAS

Ementa: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas das lutas, raízes históricas e suas diferentes manifestações culturais e esportivas, com ênfase às lutas mais expressivas na cultura brasileira, objetivando o reconhecimento de suas características e o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino das lutas na escola, em especial frente às temáticas da Diversidade, Inclusão e Deficiência.

Bibliografia Básica:

CARTAXO. C. A. Jogos de combate: atividades recreativas e psicomotoras. Teoria e Prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
RADICCHI, M. R. Capoeira e escola: significados da participação. Editora Fontoura, 2013.
TEGNER, B. Guia Completo de Karatê. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Bibliografia Complementar:

ACEVEDO, W.; GUTIÉRREZ, C.; CHEUNG, M. Breve História do Kung-Fu. São Paulo: Editora Madras, 2011.
KUNZ, E. (Org.). Didática da Educação Física. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

REIS, A. L. T. Capoeira: saúde e qualidade de vida. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2010.
SOARES, C. E. L. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2004.
SOARES, C. L. et al. Metodologia de Ensino da Educação Física. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA BIOMECÂNICA DO MOVIMENTO HUMANO

Ementa: Estudo dos fundamentos da física e dos fatores estruturais e funcionais do corpo determinantes do movimento humano e que são fundamentais para a análise mecânica do mesmo. Análise metodológica dos fatores mecânicos que determinam as características do movimento humano e que estão relacionados aos processos de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano.

Bibliografia Básica:

CALAIS-GERMAIN, B. Anatomia para o movimento. São Paulo: Manole, 2002. v.2.
KAPANDJI, I. A. Fisiologia Articular. São Paulo: Manole, 1990.
RASH, P.J., BURKE, R.K. Cinesiologia e anatomia aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977. 571p.

Bibliografia Complementar:

AMADIO, A. C. Fundamentos biomecânicos para a análise do movimento. São Paulo: Laboratórios de biomecânica/EEFEUSP, 1996.
CARR, G. Biomecânica dos esportes: um guia prático. Tradução: Solange Siepierski. São Paulo: Manole, 1998.
ENOKA, M. R. Bases neuromecânicas da cinesiologia. São Paulo: Manole, 2000.
FRACAROLLI, J. L. Biomecânica: análise dos movimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1981, 251p.
HALL, S. J. Biomecânica Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
HAY, J. G.; REID, J. G. Biomecânica das técnicas desportivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II

Ementa: Implementação do projeto de intervenção construído no Estágio I nas escolas campo da rede pública de ensino, especificamente no ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica:

DARIDO, S. C.; SOUZA Jr., O. M. de. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2011. 349p.
KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2000. 160p.
SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de Educação Física. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. 200p.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, S. C. Educação Física Escolar: compartilhando experiências. São Paulo: Phorte, 2011. 464p.
____. Educação Física e temas transversais na escola. São Paulo: Papirus, 2012. 240p.
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 190p.
GONZÁLEZ, F. J.; SCHWENGBER, M. S. V. Prática pedagógicas em Educação Física: espaço, tempo e corporeidade. Erechim: Edelbra, 2012. 144p.
VEIGA, I. P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. 183p.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM BASQUETEBOL

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do Basquetebol e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, o domínio, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Reflexão sobre pesquisas e práticas de ensino do basquetebol na escola, em especial frente às temáticas da Diversidade, Inclusão e Deficiência.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, N. F. Basquetebol na escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.
DAIUTO, M. Basquetebol: metodologia do ensino. São Paulo: Brasil, 1981.
FERREIRA, A. E.; ROSE, D. de. Basquetebol*:* técnicas e táticas – uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU/EDUSP, 1987.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, M. B. Basquetebol iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
CARVALHO NETO, W. Basquetebol*:* sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro/RJ: Sprint, 2003.
DE ROSE JR, D.; TRICOLI, V. Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. São Paulo: Manole, 2005.
MELHEM, A. Brincando e Aprendendo Basquetebol. Rio de Janeiro/RJ: Sprint, 2002.
WEIS, G. F.; POSSAMAI, C. L. O basquetebol da escola à universidade*:* aplicações práticas. Jundiaí/SP: Fontoura, 2008.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER

Ementa: Estudos do lazer e sua interlocução com a esfera da educação: aspectos históricos, conceituais e sócio culturais. O lazer como área transdisciplinar de formação humana e intervenção profissional no campo da diversidade, inclusão, deficiência, educação ambiental, direitos humanos, dentre outros. Investigação da produção de conhecimento, análise e proposição de atividades, projetos ou programas de lazer identificando os aspectos teórico metodológicos inerentes à sua implementação e desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.
MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.
MELO, V. A. de.; ALVES JUNIOR, E. de D. Introdução ao lazer. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2012. 104p.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização. São Paulo: Phorte, 2011.
DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.
MASCARENHAS, F.; LAZZAROTTI FILHO, A. (Orgs.). Lazer, cultura e educação: contribuição ao debate contemporâneo. Goiânia, GO: Editora da UFG, 2010. 144p.
PADILHA, V.; DE PELLEGRIN, A. Dialética do lazer. São Paulo: Cortez, 2006.
WERNECK, C. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG; CELAR-DEF-UFMG, 2000.

NÚCLEOS TEMÁTICOS DE PESQUISA

PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA

Ementa: Estudo de aprofundamento temático voltado para a reflexão crítico-investigativa entre os elementos que compõem historicamente a Educação Física, suas relações com os demais fenômenos educacionais escolarizados e eixos curriculares do gênero e sexualidade, das relações étnico-raciais, da inclusão, da deficiência e das políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, dentre outros. Produção teórica e científica de um trabalho crítico-reflexivo para fins de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, M. Etnografia da prática escolar. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
PEREIRA, J. C. R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001. 156p.
TRIVIÑOS, A. N. S.; MOLINA NETO, V. (Orgs.). A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas. Porto Alegre: UFRGS: Sulina, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, C. da F. Batendo bola, batendo cabeça: os problemas da pesquisa em Educação Física no Brasil. Ibitinga, SP: Humanidades, 1994. 141p.
CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 144p.
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989.
ECO, U. Como se faz uma tese. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 174p.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001. 279p.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo de aprofundamento temático voltado para a reflexão crítico-investigativa entre Educação Física, Saúde, Educação e Educação ambiental, privilegiando suas inter-relações com os processos de formação e desenvolvimento humano em diferentes ambientes educacionais. Produção teórica de um trabalho crítico-reflexivo para fins de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

BARBANTI, Valdir J. Aptidão Física um convite à Saúde. São Paulo: Manole, 1990.
FARIA JÚNIOR, A. G. Exercício e Promoção da Saúde. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991.
MYNAIO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO – HUCITEC, 1992.

Bibliografia Complementar:

BARROS NETO, T. L. de. Exercício, Saúde e Desempenho Físico. São Paulo: Atheneu, 1997.
GUEDES, D.P.; GUEDES, J. E. R. P. Exercício Físico na Promoção da Saúde. Londrina: Midiograf, 1995.

POLLOCK, M. L. e WILMORE, J. H. Exercícios na Saúde e na Doença. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.
ROEDER, M. A. Atividade Física, saúde mental e qualidade de vida: atividade sensório-motora na prevenção, tratamento e reabilitação das pessoas com transtornos mentais e do comportamento. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
SHARKEY, B. J. Condicionamento Físico e Saúde. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo de aprofundamento temático voltado para a reflexão crítico-investigativa entre Educação Física, Lazer, Educação e Educação Ambiental privilegiando suas inter-relações com os processos de formação e desenvolvimento humano em diferentes ambientes educacionais e relação com Diversidade, Inclusão e Deficiência. Produção teórica e científica de um trabalho crítico-reflexivo para fins de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

GAMBOA, S. S. Epistemologia da Educação Física: Inter-relações necessárias. Editora UFAL. Maceió. 2007.
MARCELINO, N. C. Lazer formação e atuação profissional. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. 182 p.
MATTOS, M. G. de M.; ROSSETO JR., A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Educação Física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.

Bibliografia Complementar:

GOMES, C. L. Lazer, trabalho e educação – Relações históricas, questões contemporâneas. 2ª Revisão. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2008.
MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.
MASCARENHAS, F. Lazer como prática da liberdade. Goiânia: UFG, 2003.
MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. Introdução ao lazer. Barueri: Manole, 2003.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Ementa: Estudo de aprofundamento temático voltado para a reflexão crítico-investigativa entre Educação Física e Esporte privilegiando suas inter-relações com os processos de formação e desenvolvimento humano em diferentes ambientes educacionais e relação com Diversidade, Inclusão e Deficiência. Produção teórica e científica de um trabalho crítico-reflexivo para fins de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, C. P. Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática. Coimbra, PT: ALMEDINA, 2011.
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis. (ISSN 2179-3255).
TRIVIÑOS, A. N. S.; MOLINA NETO, V. (Orgs.). A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas. Porto Alegre: UFRGS: Sulina, 1999.

Bibliografia Complementar:

FINK, S. C. M. A Educação Física e o Esporte na Escola*:* cotidiano, saberes e formação. Curitiba-PR: Ibpex, 2010.
DEL PRIORE, M.; MELO, V. A. de. (Orgs). História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2009.
MARINHO, V. O Esporte Pode Tudo. São Paulo-SP: Cortez, 2010.
MALINA, A.; CESARIO, S. Esporte: fator de integração e inclusão social? Campo Grande-MS: UFMS, 2009.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
TUBINO, M. J. G. Estudos Brasileiros Sobre o Esporte*:* ênfase no esporte-educação. Maringá-PR: Eduem, 2010.

EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

Ementa: Estudo de aspectos educativos determinantes da saúde pública e individual em seus vários aspectos (mental, social e orgânico) priorizando aqueles relacionados às patologias mais comuns na contemporaneidade – obesidade, anorexia, depressão, hipertensão, diabetes. Abordagem histórica a teorias que relacionam o trato ao corpo, educação física e saúde. Estudo de abordagens a elementos comuns ao campo da educação física e esporte – atividade física, lazer, esporte – que guardam relação com a saúde coletiva e individual direta e indiretamente. Políticas públicas de saúde e políticas públicas educacionais.

Bibliografia Básica:

NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6 ed. Londrina: Mediograf, 2006.
POLLOCK, M. L.; WILMORE, J. H. Exercício na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

ROEDER, M. A. Atividade Física, saúde mental e qualidade de vida: atividade sensório-motora na prevenção, tratamento e reabilitação das pessoas com transtornos mentais e do comportamento. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

Bibliografia Complementar:

BARBANTI, E. J. Psicologia do esporte de reabilitação: exercício físico e depressão. São Paulo: Phorte, 2012.
BUSSI, S. de R. (Org.). Anorexia, Bulimia e Obesidade. São Paulo: Manole, 2003.
D'ELIA, L. O. Guia completo de treinamento funcional. São Paulo Phorte, 2013.
SHEPHARD, R. J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte, 2003.
VERDETI, É. B. P. Programa de Educação Postural. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2011.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III

Estudo de proposições para o ensino da educação física reconhecendo suas bases teórico-metodológicas e sua viabilidade e possibilidades de implementação em diversos ambientes educacionais. Planejamento e construção de propostas de ensino de Educação Física a ser implantadas em escolas da rede pública de ensino, especificamente na educação infantil, educação especial e inclusiva.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, C. R. et al. (Orgs.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2009.
OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2011.
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília/DF, Outubro, 2004.
DARIDO, S. C. Educação Física Escolar: compartilhando experiências. São Paulo: Phorte, 2011.
FAZENDA, I. C. A. et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009.
OSTETTO, Luciana E. (org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 10 ed. Campinas: Papirus, 2011.
PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Ementa: Educação Especial: políticas, conceitos e objetivos. Contexto histórico-social e características das pessoas público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtorno global do desenvolvimento – com especial atenção ao transtorno do espectro autista –, altas habilidades/superdotação) mais presentes nos ambientes escolares. Conceitos, objetivos e produção do conhecimento na área da Educação Física Adaptada. Aspectos teórico-metodológicos para o ensino e a aprendizagem da Educação Física e esportes adaptados e inclusivos no contexto escolar. Acessibilidade e tecnologias assistivas.

Bibliografia Básica:

CARMO, A.A. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília: Corde, 1994.
DIEHL, R. M. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2008.
GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, E. M. de. Atividade Física Adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.
FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J.R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GOÉS, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de (orgs). Políticas e práticas de educação inclusiva. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
RODRIGUES, D. (Org.). Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.
TEIXEIRA, L. Atividade Física Adaptada e Saúde: da teoria a prática. São Paulo: Phorte, 2008.
WINICK, J. P. Educação Física e Esportes Adaptados. São Paulo: Manole, 2004.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV

Ementa: Estudo de proposições para o ensino da educação física reconhecendo suas bases teórico-metodológicas e sua viabilidade e possibilidades de implementação em diversos ambientes educacionais. Planejamento e construção de propostas de ensino de educação física a ser implantadas em escolas da rede pública de ensino, especificamente na educação infantil, educação especial e inclusiva. Estabelecimento de nexos entre as experiências de Estágio desenvolvidas durante o curso.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, C. R. et al. (Orgs.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2009.
OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2011.
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília/DF, Outubro, 2004.
DARIDO, S. C. Educação Física Escolar: compartilhando experiências. São Paulo: Phorte, 2011.
FAZENDA, I. C. A. et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009.
OSTETTO, Luciana E. (org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 10 ed. Campinas: Papirus, 2011.
PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

GESTÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Ementa: Conhecimento geral da organização, da gestão e das políticas de Educação Física, Educação Especial e acessibilidade, Educação ambiental, do esporte e do lazer, em âmbitos regional, nacional e internacional. Estrutura, legislação, e o sistema de poder em desenvolvimento no Brasil. Organização teórico-prático de eventos e calendários esportivos.

Bibliografia Básica:

CARREIRO, E. A. Gestão da Educação Física e Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
CASTELLANI FILHO, L. (Org). Gestão Pública e Políticas de Lazer: a formação de agentes sociais. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; MENDES, M. I. B. de S. (Orgs). Poder Público. Terceiro Setor e Controle Social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer. Natal – RN: Editora do CEFET-RN, 2007.

Bibliografia Complementar:

CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e educação física. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção polêmicas do nosso tempo).
CATELLANI FILHO, L. Educação Física, Esporte e Lazer. Campinas: Autores Associados, 2013.
LIBERATO, A.; SOARES, A. (Orgs.). Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica. Manaus – AM: EDUA, 2009.
REPPOLD FILHO, A. R. et al. Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2009.
TUBINO, M. J. G. Estudos Brasileiros sobre o Esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá – PR: Eduem, 2010.

INTRODUÇÃO AO TREINAMENTO ESPORTIVO

Introdução aos diversos conceitos sobre o treinamento esportivo seus objetivos e meios. Estrutura geral dos processos de treinamento e sua interdependência com as capacidades físicas (força, resistência, velocidade, flexibilidade, etc.). Princípios gerais da preparação do atleta: físico, técnico, tático e psicológico. Medidas e avaliações. Periodização do treinamento.

Bibliografia Básica:

BAECHE, T. R.; EARLE, R. W. Fundamentos do treinamento de força e do condicionamento. São Paulo: Editora Manole, 2009.
BARBANTI, V. J. Treinamento esportivo: as capacidades motoras dos esportistas. São Paulo: Editora Manole, 2009.
IDE, B. N., SARRAIPA, M. F., LOPES, C. R. Fisiologia do treinamento esportivo: força, potência, resistência, periodização e habilidades psicológicas. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

Bibliografia Complementar:

BOMBA,T. A Periodização no Treinamento Desportivo. 1 ed. São Paulo: Phorte, 2001.
LA ROSA, A. F. de. Direções de treinamento: novas concepções metodológicas. São Paulo: Phorte Editora, 2006.
OLIVEIRA, P. R. de. Periodização contemporânea do treinamento desportivo. São Paulo: Phorte Editora, 2007.
RIGOLIN, l. R. Desempenho esportivo: treinamento com crianças e adolescentes. 2. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2010.
STEVEN, F.; SIMÃO JÚNIOR, R. F. Princípios metodológicos para o treinamento. São Paulo: Phorte Editora, 2007.

SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DE TCCS

Ementa: Divulgação acadêmico-científica do conhecimento produzido pelos estudantes do Curso. Exercício de organização de Seminário Acadêmico a partir de eixos temáticos com vistas à qualificação do debate feito nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:
GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de janeiro. São Paulo: Record, 2011. 107 p.
SANCHEZ GAMBOA, S. A. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapeco: Argos, 2012. 212 p.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho cientifico. 22. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2002. 335 p.

Bibliografia Complementar:
APPOLINÁRIO, F. Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2011.
BORGES, C. M. F. O professor de educação física e a construção do saber. Campinas: Papyrus, 1998. 176 p.
CARVALHO, M. C. M. de. (Org.). Técnicas de metodologia científica: construindo o saber. 2. ed. Campinas; Papirus, 1989.
NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. (Orgs.). Praticando estudos culturais na Educação Física. São Caetano do Sul: Editora Yendis, 2009.
ESPINDOLA, C. R.; OLIVEIRA, N. M. Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas. São Paulo: CEETEPS, 2003. 109p.

7.6 Sugestão de Fluxo de Distribuição das Disciplinas ao Longo do Curso dentro do Programa de Integralização Curricular

DISCIPLINAS POR PERÍODO

1º PERÍODO (384h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Fundamentos filosóficos e sócio históricos da Educação	64	OBR	NC
Anatomia do Movimento Humano I	64	OBR	NC
Educação Nutricional	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação I	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica escolar I	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em atletismo I	64	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**384**		

2º PERÍODO (448h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Políticas Educacionais no Brasil	64	OBR	NC
Anatomia do Movimento Humano II	64	OBR	NC
Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)	64	OBR	NC
Fundamentos Filosóficos e Sócio-históricos da Educação Física	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Dança-Educação II	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Ginástica Escolar II	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Atletismo II	64	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**448**		

3º PERÍODO (480h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Psicologia Educacional I	64	OBR	NC
Antropologia do Corpo	64	OBR	NC
Fisiologia aplicada à Educação Física I	64	OBR	NC
Oficina Experimental I	64	OBR	NE
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas I	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Jogos e Brincadeiras	80	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Voleibol	80	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**480**		

4º PERÍODO (384h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Psicologia Educacional II	64	OBR	NC
Fisiologia aplicada à Educação Física II	64	OBR	NC
Introdução ao Pensamento Científico I	64	OBR	NC
Oficina Experimental II	64	OBR	NE
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Práticas Aquáticas II	64	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol I	64	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**384**		

5º PERÍODO (436h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Aprendizagem em Educação Física	64	OBR	NC
Introdução ao Pensamento Científico II	64	OBR	NC
Biologia e Educação	64	OBR	NC
Estágio Curricular Obrigatório I	100	OBR	NE
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Handebol	80	OBR	NC
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Futebol II	64	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**436**		

6º PERÍODO (388h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Lutas	80	OBR	NC
Introdução ao Estudo da Biomecânica do Movimento Humano	64	OBR	NC
Estágio Curricular Obrigatório II	100	OBR	NE
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Basquetebol	80	OBR	NC
Introdução aos estudos do Lazer	64	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**388**		

7º PERÍODO (308h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Núcleos Temáticos de Pesquisa*	64	OBR	NE
Educação Física e Saúde	64	OBR	NC
Estágio Curricular Obrigatório III	100	OBR	NE
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	80	OBR	NC
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**308**		

* Existem quatro (04) opções de pesquisa temática: Pesquisa em Educação Física e Escola, Pesquisa em Educação Física, Saúde e Educação, Pesquisa em Educação Física, Lazer e Educação, Pesquisa em Educação Física e Esporte. Em sua matrícula, o acadêmico deverá optar por apenas uma das quatro opções.

8º PERÍODO (252h)			
DISCIPLINA	**CHT**	**NATUREZA**	**NÚCLEO**
Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil	64	OBR	NC
Introdução ao Treinamento Esportivo	64	OBR	NC
Estágio Curricular Obrigatório IV	100	OBR	NE
Seminário de Integração de TCCs	24	OBR	NE
Diversas disciplinas da UFG		OPT	NL
Carga Horária do Período	**252**		

7.7 Prática como Componente Curricular

A prática é compreendida como expressão da articulação da teoria com a realidade sócio educacional visando superar ou minimizar o distanciamento entre a teoria e a prática ou, mesmo, entre os aspectos conceituais e a intervenção pedagógica no mundo real.

Nesse sentido, a prática como Componente Curricular (PCC) será um espaço de experiência/experimentação, estudo, debate e reflexão acerca de fenômenos específicos da área de conhecimento Educação Física, tais como gestão, organização, planejamento, intervenção pedagógica e pesquisa educacional. Assim, a PCC se constituirá em um espaço para o exercício de uma prática teórico reflexiva da profissão docente, que tem como ponto de partida os limites e as possibilidades postos pela realidade social para a área de Educação Física no contexto da educação.

O desenvolvimento da Prática como Componente Curricular se dará de forma processual e transversal, desde o primeiro período e aprofundando-se cada vez mais nos períodos subsequentes do curso. A prática deve estar presente nos componentes curriculares de modo articulado com os conteúdos da cultura corporal e com a prática docente da Educação Física na escola (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), contemplando uma carga horária de quatrocentas horas distribuídas entre disciplinas curriculares ao longo do curso.

7.8 Atividades Complementares

Atendendo o que prevê a resolução CNE/CP Nº 2 de fevereiro de 2002, neste PPC foi incluso um terceiro componente: Atividades Complementares, que totalizam duzentas horas.

A formação dos professores, que antes absolutizava os limites da sala de aula, ao presentificar esse componente, introduz uma estratégia complementar privilegiada e rica de possibilidades. Com isso, tanto a instituição formadora poderá planejar atividades dessa natureza quanto o aluno poderá buscar essa participação em outros espaços e momentos da formação.

Comungando com as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, entende-se que é imprescindível a instituição de tempos e espaços curriculares diversificados, como por exemplo: congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, colóquios, oficinas, grupos de pesquisa, atividades de extensão, monitorias, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, cursos e outras atividades nas áreas da cultura, das ciências e das artes, pois, fundamentalmente, possibilitam o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

Para efeito da formação aqui perspectivada, será considerada a participação do aluno em outras atividades acadêmico-científico-culturais e artísticas, diferenciadas das atividades curriculares planejadas e organizadas com exclusividade nos cursos de Licenciatura, pois essas atividades e aprendizagens são tão significativas para a atuação profissional quanto às previstas na grade curricular do curso.

Todas as atividades de participação dos alunos, desde que sejam comprovadas por meio de certificados, declarações e relatórios, deverão ser apresentadas à coordenação do Curso, reunidos no Portfólio individual de cada aluno, para serem computadas em termos de carga horária para efeito de integralização do currículo pleno.

Muito embora essas atividades se caracterizem por sua independência de estudo, serão obrigatórias para o aluno e para efeito de conclusão de curso.

Todas as atividades complementares deverão ser chanceladas pela coordenação do curso, em acordo com o RGCG da UFG, sendo que o curso ainda dispõe de um regimento das atividades complementares, disponível na coordenação.

8 POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio é o período de exercício pré-profissional, previsto em currículo, em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades fundamentais, profissionalizantes, programadas e projetadas, avaliáveis em conceitos com duração e supervisão estabelecidos por leis e normas.

Este projeto busca atender às diretrizes legais emanadas do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores, em consonância com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96. Busca, ainda, estar de acordo com o que estabelecem: o Decreto nº 87.497/82, que regulamenta a Lei nº 6.494/77; a Lei n. 11.788 de 25/09/2008; e as resoluções CEPEC/UFG n. 766, 731 e 880.

O estágio compreende duas modalidades: o estágio curricular obrigatório e o não obrigatório. De acordo com o RGCG da UFG o estágio curricular obrigatório será desenvolvido em forma de disciplina(s) e com carga horária especificada na legislação vigente. Quanto ao estágio curricular não obrigatório, ele apenas será assim considerado se garantir todas as exigências que assim o caracterizam, dentre as quais: celebração de termo de compromisso entre UFG e parte concedente do estágio, além de todos os processos de acompanhamento solicitados no RGCG da UFG. Os dois estágios curriculares do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG estão devidamente regulamentados no Regimento do Estágio, disponível na coordenação do curso.

8.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório é uma atividade de natureza teórico-prática, desenvolvida horizontalmente ao longo dos quatro últimos semestres do curso, mas que pode ser considerada, em termos de verticalização e aprofundamento de reflexões, uma espécie de culminância de todas as atividades de caráter prático, conduzidas nos eixos anteriores. Os processos aí desenvolvidos têm relação orgânica com todos os componentes curriculares.

O referido estágio tem início no quinto período do curso, quando os alunos já terão uma base construída a partir do estudo dos componentes curriculares vistos até esse momento, além do fortalecimento da relação teoria e prática, prevista no processo de ensino e aprendizagem. O Estágio tem uma carga horária total de quatrocentas horas, distribuídas durante os quatro períodos da segunda metade do curso, com cem horas em cada semestre.

O estágio curricular obrigatório se constitui como eixo articulador entre o ensino e a pesquisa, visando dar sequência às atividades da prática docente, que oportunizará aos futuros professores de Educação Física vivenciar as diferentes dimensões da atuação profissional. Frente a isso, o estágio deverá:

a) ser feito em escola de Educação Básica, em regime de colaboração, desenvolvendo-se a partir da segunda metade do curso;
b) oferecer ao futuro professor o conhecimento da realidade em situação de trabalho;
c) oportunizar a realização das competências exigidas e exigíveis dos formandos e a possibilidade de acompanhar alguns aspectos da vida escolar diferentemente das simulações experimentadas;
d) oportunizar ao aluno participar da elaboração e/ou da implementação de um projeto pedagógico para a área da Educação Física em seu campo de atuação.

O estágio curricular obrigatório será desenvolvido em forma de disciplinas pertencentes ao Núcleo Específico, mediante atividades de caráter eminentemente pedagógico, devendo ser cumprido em instituições públicas do sistema educacional básico que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, podendo incluir também a alfabetização de jovens e adultos, as comunidades indígenas e pessoas com deficiência. Os nomes das disciplinas acima referidas são Estágio Curricular Obrigatório I, II, III e IV.

A relação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão com a rede pública de ensino, no que se refere aos estágios, se fará pela institucionalização de convênios e outros instrumentos, mediados pela UFG, que permitam oficializar o compromisso entre os campos de intervenção no sistema educacional, obedecendo à legislação em vigor.

Nessa perspectiva, os componentes curriculares que integram os quatro núcleos da formação se articularão com as questões específicas da prática docente, de forma simulada, problematizada ou vivenciada em torno das situações e problemas relativos ao processo educativo global, em diferentes momentos e espaços curriculares, de modo a formar competências e atitudes próprias da prática pedagógica.

A coordenação das ações voltadas para as práticas pedagógicas e o estágio supervisionado deve estar situada em espaço próprio (coordenação) definido pela lógica do currículo com a finalidade de viabilizar e avaliar a unidade teoria e prática, a interação entre os componentes curriculares, a prática pedagógica desenvolvida no estágio e a articulação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG com as redes de ensino, estando de acordo com a política de estágio curricular das licenciaturas na UFG.

O estágio curricular obrigatório nas áreas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio será acompanhado e orientado por docentes da instituição formadora com a participação dos profissionais do campo de estágio, conforme determina o RGCG.

Destaca-se, ainda, a normatização do RGCG da UFG quanto à frequência nos estágios curriculares obrigatórios, que deve ser cumprida na totalidade da carga-horária dos mesmos.

> Art. 83. Será obrigatória ao estudante a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária de cada disciplina ou eixo temático/módulo, nos cursos presenciais, com exceção das disciplinas ou dos eixos temáticos/módulos de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária definida no PPC de cada curso deverá ser cumprida na totalidade (Resolução CEPEC/UFG n. 1122/2012).

Ou seja, não pode haver ausência no cumprimento dos estágios curriculares obrigatórios, pois eles constituem uma exceção à regra geral da frequência da instituição, que são os 75%.

8.2 Estágio Curricular Não Obrigatório

Trata-se de um espaço formativo e de sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais, que preserve os valores éticos que devem orientar a prática profissional. Momento de maior aproximação e compreensão da realidade profissional à luz dos aportes teóricos estudados, que favoreça a reflexão sobre a realidade e a aquisição da autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades conexas à profissão.

O estágio curricular não obrigatório é um componente curricular de caráter teórico-prático, cuja especificidade deve proporcionar o contato efetivo do aluno com um de seus possíveis campos de atuação, acompanhado pela instituição formadora. (Resolução 731/CEPEC/2005).

No estágio curricular não obrigatório, que pode começar a ocorrer a partir do terceiro período do curso, o aluno poderá escolher o local de estágio dentre os indicados pela coordenação de estágios, dependendo da possibilidade de vagas e submetendo-se à aprovação da mesma.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Universidade tem como função a produção de conhecimentos novos, bem como de tecnologia, ciência e cultura, portanto, não se restringe unicamente à preparação de profissionais para atuar no mercado de trabalho (FÁVERO, 1992 apud FREITAS, 2006, p. 231).

A partir dessa compreensão, neste PPC considera-se que uma formação profissional ampla, abrangente e completa, tem como um de seus eixos principais a produção de novos conhecimentos. Frente a esse entendimento é que se defende a importância da articulação entre ensino e pesquisa na formação inicial, bem como na prática pedagógica dos profissionais da educação, a fim de que estes tenham a possibilidade não só de identificar problemas no seu campo de atuação, mas também de construir propostas para solucioná-los e, desse modo, "(...) colocar em ação as alternativas planejadas, observando e analisando os resultados obtidos, corrigindo percurso que se mostram pouco satisfatórios" (SANTOS, 2001, p. 16).

Nessa perspectiva, a pesquisa é compreendida como um princípio científico e educativo que

> faz parte integrante de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico auto-suficiente, crítico e autocrítico, participante [...] na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente (DEMO, 2001, p. 42).

Entende-se assim, que possibilitar ao aluno, em seu processo de formação inicial, condições de entender a pesquisa e a importância desta em sua futura atuação perpassa pelo oferecimento de momentos para desenvolvê-la em todo o seu percurso acadêmico, o que, desse modo, lhe dará a oportunidade de criar o hábito da investigação.

É partindo dessa compreensão que, na organização curricular do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG, está prevista a oferta aos alunos, a partir do quinto período, da disciplina de Introdução ao Pensamento Científico. Ela trabalhará conteúdos relativos ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência, paradigmas científicos, formação do pesquisador bem como à elaboração de projetos de pesquisa e os elementos que compõem a lógica interna da pesquisa acadêmica.

Para além da referida disciplina, na organização curricular consta a oferta da disciplina denominada de Núcleo Temático de Pesquisa. A mesma será desenvolvida no penúltimo semestre do curso cabendo ao aluno escolher apenas uma das temáticas apresentadas no PPC, quais sejam: 1) Pesquisa em Educação Física e Escola; 2) Pesquisa e Educação Física, Saúde e Educação; 3) Pesquisa em Educação Física, Lazer e Educação; 4) Pesquisa em Educação Física e Esporte.

Ao optar por uma das temáticas, caberá ao aluno, sob a orientação de um professor, desenvolver uma produção teórica, cujo tema não necessitará ser inédito, a qual se configurará como o requisito final para a conclusão do curso.

A realização dessa produção teórica terá por finalidade estimular a capacidade investigativa do aluno, a partir não só das leituras efetuadas bem como das vivências em estágios e demais práticas realizadas em atividades de disciplinas curriculares ou de extensão, bem como contribuir com sua formação básica, profissional, científica, artística e sócio-política.

A produção teórica a ser desenvolvida pelo aluno poderá ser apresentada na forma de monografia, projeto de pesquisa ou artigo científico. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) determinará, por meio de resolução interna específica, a forma, o conteúdo e a exposição pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além disso, o Regimento do TCC, que fixa as diretrizes de acompanhamento, produção, defesa e entrega final do trabalho encontra-se disponível na coordenação do curso.

10 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão é considerada como o princípio nuclear da matriz curricular e eixo orientador das ações docentes e discentes, tanto no planejamento do trabalho pedagógico da graduação, da extensão e da pós-graduação, como nos projetos de pesquisa e extensão construídos pelos grupos e núcleos de estudo, além dos eventos científicos e culturais promovidos pela comunidade acadêmica.

Articular ensino com pesquisa na graduação significa desenvolver no aluno uma atitude permanente de investigação científica, seja no cotidiano da sala de aula, seja em projetos específicos, de modo que a produção de conhecimentos se torne um instrumento contínuo de aprimoramento da formação acadêmica e profissional. Articular ensino com extensão na graduação significa disseminar o conhecimento produzido e veiculado na Universidade para o meio social onde ela se insere e, ao mesmo tempo, fazer da extensão um instrumento de avaliação da própria graduação e da pesquisa.

Um dado muito importante diz respeito ao modo como este curso, desde a sua criação, concebe o papel da Extensão Universitária na formação acadêmica e política de seus estudantes.

Desde 1990, o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG mantém em sua grade curricular uma disciplina denominada Oficina Experimental, cuja ementa prevê o debate acerca da extensão, seguido do desenvolvimento de ações extensionistas efetivadas pelos estudantes. Desse modo, a Extensão Universitária, além de ser cobrada por dentro das horas complementares dos estudantes, é disciplinarizada, o que a confere um papel epistemológico e político essencial na formação de professores de Educação Física.

Essa realidade expressa uma compreensão que vai ao encontro das mais atuais elaborações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que desde 1998 tem sistematizado documentos e produções teóricas que orientam a prática extensionista no Brasil, ajudando a qualificá-la e alimentando, inclusive, as políticas de fomento à Extensão que o governo federal tem efetivado na última década.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001) e o documento denominado Extensão Universitária e a Flexibilização Curricular (2006) indicam e reforçam a necessidade de que a universidade se repense a si própria a partir de uma prática extensionista realmente dialógica, que abandone o veio assistencialista que historicamente a caracterizou em favor de uma concepção de universidade e, assim, de vida acadêmica, comprometida com transformações sociais e humanas profundas, o que redunda em uma formação acadêmico-política qualitativamente superior.

Nessa direção, a dimensão da Extensão apresenta-se curricularizada no presente PPC, tanto em função da sua disciplinarização quanto em função das diretrizes formativas da UFG que orientam que a garantia da Extensão por meio das horas complementares obrigatórias aos estudantes. Além disso, na busca por tornar indissociáveis ensino-pesquisa-extensão, o curso trata esta última como lócus em que o aprendido é experimentado com olhos inquietos e questionadores, ou seja, aquilo que é aprendido por meio do ensino formal, no exercício da extensão, pode ser revisto e reelaborado, principalmente, se a perspectiva dialógica realmente se presentificar.

A graduação também deve estimular e fomentar a pesquisa junto ao corpo discente no sentido de contribuir para a formação de jovens pesquisadores, professores-pesquisadores e ampliar, inclusive, o quadro de pesquisadores da própria área acadêmica. Tal tarefa é efetivada por meio da iniciação científica a que todos os estudantes têm acesso assim que começam a elaborar seus TCC’s.

É importante destacar que a dimensão investigativa, que inclui tanto a iniciação à procedimentos bastante específicos que fazem parte dos processos de pesquisa, quanto a composição de um olhar atento e conectado com a realidade, se faz essencial na formação de professores realmente envolvidos com a escola.

Assim, é possível afirmar que a principal orientação deste PPC quanto ao papel da pesquisa na formação de professores, indica que essa dimensão deve ser trabalhada por dentro das inúmeras disciplinas que o compõem, sendo que o fechamento dessa tarefa culmina com o trabalho mais demorado e sistemático de pesquisa que redundará no TCC.

Além disso, a iniciação científica pode ocorrer, também, a partir dos projetos de pesquisa dos vários professores do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG, cadastrados no Sistema de Acompanhamento de Projetos de Pesquisa da UFG (SAPP-UFG) e, portanto, devidamente institucionalizados.

Os projetos de pesquisa e de extensão têm sido desenvolvidos tanto em espaços internos da Regional Catalão da UFG quanto externos à mesma, mais especificamente nas instituições parceiras. Tais projetos vêm contribuindo sobremaneira, não somente para a formação acadêmica dos alunos do curso, como na socialização da comunidade de Catalão e região. Muitos desses geram projetos de pesquisa e de extensão, inclusive, com bolsas de iniciação científica e bolsas de extensão e cultura.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político-pedagógico da instituição. Em ambos os casos, a avaliação, numa perspectiva dialógica (ROMÃO, 1998), destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão ou, como diz Cipriano C. Luckesi (1998) "à melhoria do ciclo de vida". Por isso, o ato de avaliar é, por si, "um ato amoroso" (LUCKESI, 1998, p. 180).

A avaliação do desempenho de uma instituição supõe que existam condições prévias em relação às quais o desempenho pode ser melhor ou pior. Por isso, a preocupação central - principalmente dos docentes - é que ela não seja punitiva, burocrática ou puramente quantitativista. Para reorientar os rumos de uma instituição educacional, ela deve fazer referência a certo padrão institucional a ser atingido, deve ser múltipla, permanente e processual. Ela deve captar aqueles pontos mais frágeis do organismo institucional e apontar os rumos de sua superação com vistas a elevar o nível de seu desempenho em face de seus compromissos sociais.

A avaliação classificatória, tanto a institucional quanto a da aprendizagem, nada transforma.

> Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos (LUCKESI, 1995, p. 43 apud GADOTTI, 1999).

11.1 Avaliação Acadêmica

Avaliar consiste numa das tarefas mais complexas da ação formadora, uma vez que implica o diagnóstico das causas, bem como as correções dos desvios que ocorrem no percurso traçado para o processo de formação. Visa também aferir os resultados alcançados em relação às competências, ou seja, verifica em que medida elas foram desenvolvidas e em que ponto será necessário retomar e/ou modificar o curso da formação.

Nesse sentido, a avaliação deverá ter como finalidade a orientação do trabalho dos docentes na formação, permitindo-lhe identificar os níveis e etapas de aprendizagem alcançados pelos alunos. Em se tratando da verificação dos níveis alcançados pelos alunos durante o curso, é fundamental que a avaliação esteja focada na capacidade de acionar conhecimentos e mobilizar outros em situações simuladas ou reais da atuação profissional.

Com esse fim, necessário se faz a utilização de instrumentos e meios diferenciados dos que comumente são empregados na avaliação do processo de ensino. Ganham importância: conhecimentos, experiências, atitudes, iniciativa e a capacidade de aplicá-los na resolução de situações-problema.

O professor formador deve ter clareza do que é, para que serve e o que deverá avaliar, estabelecendo um diálogo contínuo com seus alunos em torno dos critérios e formas, partilhando responsabilidades nessa complexa construção do conhecimento da profissão de professor. Deve lembrar-se que ao avaliar também estará ensinando a avaliar, daí a preocupação com o tipo de instrumento para o tipo de conteúdo, variáveis que interferem nos resultados de uma avaliação.

Sendo as competências profissionais as principais referências na organização do currículo de formação dos professores, há que se compreender a avaliação como um processo ainda mais complexo, uma vez que esta se fará sobre as competências profissionais. Assim, com base nas competências definidas em cada núcleo de formação, e, identificado o componente curricular, define-se o que deverá ser avaliado.

Como já foi mencionado anteriormente, a avaliação do aluno ocorrerá em todo o percurso da formação, com base nas competências adquiridas, de maneira progressiva, abrangendo os diversos momentos do curso, envolvendo os múltiplos aspectos da aprendizagem para a verificação de conhecimentos, atitudes e habilidades, onde serão utilizados instrumentos e procedimentos de avaliação coerentes com os objetivos do curso, consoante com o planejamento próprio de cada professor formador.

Respeitados os princípios e as concepções deste Projeto, entre as formas de avaliação admitidas nesta proposta, cita-se:

1) observação;
2) trabalhos individuais e coletivos;
3) atividades investigativas;
4) projetos interdisciplinares;
5) estudos realizados de forma independente pelo aluno;
6) auto avaliação, entre outros.

Dessa forma, a avaliação do ensino tem finalidades diagnóstico-formativas, dentre as quais, destacam-se:

1) comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;

2) detectar dificuldades na aprendizagem;
3) replanejar;
4) tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
5) realimentar o processo de implantação e consolidação do PPC.

Muito embora não se apresente, nesse momento, uma proposta de avaliação mais detalhada para o curso, também serão considerados instrumentos e possibilidades da prática avaliativa, aqueles apontados pelas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, tais como:

> (...) identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em uma dada realidade; elaboração de projetos para resolver problemas identificados num contexto observado; elaboração de uma rotina de trabalho semanal a partir de indicadores oferecidos pelo formador; definição de intervenções adequadas, alternativas às que forem consideradas inadequadas; planejamento de situações didáticas consoantes com um modelo teórico estudado; reflexão escrita sobre aspectos estudados, discutidos e/ou observados em situação de estágio; participação em atividades de simulação; estabelecimento de prioridades de investimento em relação à própria formação (BRASIL, 2002).

A avaliação da aprendizagem por competência se constituirá de uma proposta detalhada, abordando princípios, estratégias e instrumentos de modo a orientar a sua execução de modo coerente com os pressupostos pedagógicos deste Projeto de Formação.

Do ponto de vista quantitativo, o RGCG da UFG normatiza os seguintes critérios para a aprovação dos alunos:

> Art. 79. A nota final do estudante variará de zero vírgula zero (0,0) a dez vírgula zero (10,0), com uma casa decimal.
> § 1º A nota final será resultado de, no mínimo, duas avaliações que podem ser na forma de provas, trabalhos, seminários, relatórios ou outras formas de produção acadêmica escrita, oral, prática ou audiovisual do estudante.
> § 2º Será aprovado na disciplina ou no eixo temático/módulo o estudante que obtiver nota final igual ou superior a seis vírgula zero (6,0) e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) da carga horária da disciplina ou do eixo temático/módulo, observado o disposto no artigo 83 (Resolução CEPEC/UFG n. 1122/2012).

Ou seja, os critérios quantitativos adotados pelo curso para a aprovação dos alunos são a realização de, pelo menos, duas avaliações cuja média final deve ser igual ou maior que 6,0 com frequência mínima de 75%.

11.2 Avaliação Educacional

O estudo deste componente permitirá a análise em torno do que vem a ser medida e avaliação, de modo que os futuros professores percebam a diferença e as consequências que essas duas ações trazem ao processo educativo.

A partir das conclusões acerca dos limites e possibilidades dessas ações, os professores entenderão o verdadeiro sentido, características e finalidades da avaliação no trabalho educativo, bem como as diferentes formas e instrumentos ao alcance do professor a fim de verificar os resultados alcançados com a tarefa educativa desenvolvida.

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PPC

Independentemente da sistemática de avaliação adotada pelos órgãos centrais, a Coordenação do Curso procederá, com a participação do corpo docente e discente, a uma sistemática de avaliação contínua, com registro semestral realizado nos períodos de planejamento pedagógico, que privilegie a análise dos processos e dos resultados, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações.

Assim, serão avaliados, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica, os seguintes aspectos:

a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante;
b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso;
c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos;
d) aspectos técnico-administrativos e acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos;
e) instalações físicas.

Cabe também ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a tarefa de avaliar periodicamente aspectos de execução do próprio PPC à luz das informações disponíveis: resultados de avaliação de disciplinas, resultados da avaliação do docente pelo discente, resultados das avaliações da CAVI (Comissão de Avaliação Institucional), seminários de avaliação do curso, resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), etc., oferecendo ao Colegiado do Curso pareceres e sugestões que visem o aprimoramento do PPC.

Aqui destacamos que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação Física da Regional Catalão da UFG foi criado em 2010, vindo a ter funções e tarefas melhor desenhadas a partir do ano de 2013, sobretudo, em apoio à formatação final deste PPC. O NDE do curso é composto por quatro professoras, mestres e doutoras, acrescido da participação do Coordenador do Curso, o que computa cinco (05) membros ativos. Tal composição obedece às diretrizes da Resolução CEPEC n. 1302/2014 que trata do conceito e operacionalização do NDE no âmbito da UFG.

Ainda acerca do processo de avaliação institucional do curso de graduação, o mesmo deverá ser um processo contínuo que permita rever ações e concepções praticadas ao longo da formação superior e os reflexos e repercussões de desempenho das competências dos seus profissionais nas práticas sociais e no mercado de trabalho.

Através de uma conjugação de esforços de ações internas e externas à unidade, com representantes do corpo docente e discente, a avaliação acadêmico-profissional procurará identificar e analisar a concretização dos princípios, objetivos e o próprio perfil de formação proposto no projeto curricular.

O acompanhamento dos egressos poderá ser viabilizado tanto por pesquisas e diagnósticos como por meio de encontros públicos com a finalidade de debater e refletir, coletivamente, sobre os problemas inerentes à atividade docente e sobre o seu papel/função social na educação.

Os professores do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG têm apresentado um bom desempenho individual nas avaliações quantitativas, o que reflete um envolvimento satisfatório do corpo docente da unidade.

13 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO CURSO

A formação no curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG tem como expectativa de campo de trabalho principal de seus egressos, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tal característica traz implicações para a definição do perfil do corpo docente do curso. Outro elemento importante que se relaciona a esta questão diz respeito à singularidade dos componentes que integram a matriz curricular: todos os saberes relacionados às diferentes áreas do conhecimento são recortados à luz das reflexões políticas e pedagógicas pertinentes para a prática pedagógica nesses níveis de ensino. Esses dois argumentos configuram a exigência de que os docentes que atuam no curso apresentem no seu perfil profissional competências relacionadas à natureza da formação definida neste projeto.

O quadro atual de professores é composto por quatorze docentes, todos efetivos, dos quais onze são concursados pela UFG e três conveniados com a Prefeitura Municipal de Catalão.

No decorrer de sua história, o curso mantém como princípio a viabilização da qualificação do corpo docente, por entender que isso estimula a produção de conhecimento nas áreas da Educação Física e da Educação, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da formação profissional de seu corpo discente. Desse modo, a principal regra para a liberação de professores (afastamento para qualificação) é que os mesmos, ao serem aprovados em cursos de pós-graduação *strictu sensu*, apresentem a demanda ao departamento, que conta com a possibilidade de alocar professores substitutos para cobri-los. No caso da inexistência da figura do professor substituto, avalia-se no colegiado a possibilidade de liberação do professor que a solicita, com a assunção da carga-horária de ensino do mesmo. É importante ressaltar que as normas gerais que norteiam e oficializam a legalidade do processo de afastamento para qualificação na UFG, estabelecidas pela Resolução CEPEC n. 1286/2014, são seguidas pelo curso de Licenciatura Plena em Educação Física, junto de suas deliberações internas que atendem as orientações do regimento maior.

No que se tange à qualificação dos técnicos administrativos, segue as definições estabelecidas na Resolução CONSUNI n. 02/2014, que "regulamenta as Normas para o Programa de Capacitação, de que trata a Resolução ECU n. 07/96, e para o Plano Anual de Capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE" (UFG, 2014). Assim, o curso de Licenciatura Plena em Educação Física tem acompanhado os procedimentos utilizados pela Regional Catalão da UFG acerca da liberação dos técnicos administrativos, e aguarda a implantação da normatização de uma política institucional específica que paute a qualificação de seu corpo técnico-administrativo que, por ora, tramita nas devidas instâncias da casa.

Como resultado da política de formação de recursos humanos, a maioria dos professores possui a titulação de Mestre e/ou Doutor e, para além das atividades de ensino na graduação, desenvolvem atividades de ensino na pós-graduação *latu sensu*, pesquisa e extensão universitária.

Quanto ao nível de qualificação, temos entre os docentes efetivos cinco doutoras, sete mestres, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 3. Demonstrativo do total de docentes conforme a classe, área de formação inicial, área de especialização, mestrado, doutorado.

Docente	Classe	Área de Formação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Ana Carla Dias Carvalho	Adjunto III	Educação Física - Universidade Federal de Pelotas	-	Educação Brasileira – Universidade Federal de Uberlândia	Educação Universidade Metodista de Piracicaba
Andreia Cristina Peixoto Ferreira	Adjunto III	Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia	Metodologia da Educação e Reeducação Psicomotora – Universidade Federal de Uberlândia	Educação Brasileira – Universidade Federal de Uberlândia	Educação - Universidade Metodista de Piracicaba
Cristiane da Silva Santos	Adjunto II	Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia	Educação Escolar no Ensino Fundamental – Universidade Federal de Uberlândia	Educação – Universidade Federal de Uberlândia	Educação – Universidade Federal de Uberlândia
Heliany Pereira dos Santos	Assistente III	Educação Física – Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás	Administração Educacional – UNIVERSO - Goiânia-GO	Educação Física – Universidade Estadual de Campinas	
Jean Carlos Nunes	Auxiliar IV	Licenciatura Plena em Educação Física – Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO	Supervisão Escolar – Universidade Salgado de Oliveira		
José Américo Marcelino	Auxiliar	Fisioterapia, Educação Física – Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP	Traumato-ortopedia na Universidade do Triângulo Mineiro		
Lana Ferreira de Lima	Adjunto I	Educação Física – Universidade Federal de Uberlândia	Metodologia da Educação e Reeducação Psicomotora – Universidade Federal de Uberlândia	Educação Brasileira – Universidade Federal de Uberlândia	Educação Universidade Federal de Minas Gerais
Leomar Cardoso Arruda	Assistente I	Educação Física – Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás	Didática e Fundamentos Teóricos da Prática Pedagógica – Faculdade de Educação São Luiz-SP	Educação Física - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	
Maria do Carmo Morales Pinheiro	Adjunto III	Educação Física – Universidade Federal de Pelotas		Mestrado em Educação Escolar Brasileira – Universidade Federal de Goiás	Doutora em Educação Universidade Metodista de Piracicaba

Maristela Vicente de Paula	Assistente II	Educação Física - Regional Catalão - Universidade Federal de Goiás	Direito Educacional – Faculdades Claretianas	Educação Física – Universidade Estadual de Campinas	
Neila Maria Mendes Borges	Assistente IV	Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade Federal de Uberlândia	Planejamento Escolar	Mestrado em Educação Física – Universidade Estadual de Campinas	
Patrícia do Prado	Assistente II	Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia	Ética e Filosofia Política - Universidade Federal de Uberlândia	Educação Física - Universidade Estadual de Campinas	
Rodrigo Graboski Fratti	Assistente IV	Educação Física – Universidade Federal do Paraná		Educação Brasileira – Universidade Federal de Uberlândia	
Roseane Patrícia de Souza e Silva	Assistente IV	Educação Física – Universidade Federal de Pernambuco	Educação Física para Pessoas Portadoras de Deficiência – Universidade Federal de Uberlândia	Educação – Universidade Federal de Goiás	

14 FORMAÇÃO CONTINUADA: PÓS-GRADUAÇÃO

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Regional Catalão da UFG já ofertou pós-graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar nos anos de 2003 a 2008, na modalidade presencial. Foram três turmas: 2003-2005 com 14 concluintes; 2005-2007 com 18 concluintes (sendo um servidor); e 2007-2008 com 17 concluintes, o que totaliza 49 Especialistas em Educação Física Escolar pela UFG/RC.

Atualmente, está em andamento a Especialização em Educação Física Escolar (UAB/CAPES) na modalidade educação à distância, curso que iniciou em 2014 e está previsto para terminar em 2016, com 112 cursistas. Em setembro de 2015 foi encerrado o Curso de Especialização em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (MEC/SECADI), sob a responsabilidade do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, também na modalidade educação à distância (2013-2015), com 220 concluintes.

No atual momento, alimenta-se a expectativa da criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* interdisciplinar da Unidade Acadêmica Especial Instituto de Biotecnologia (UAE IBIOTEC), a qual o curso de Educação Física está vinculado. As cinco áreas (Ciências Biológicas, Psicologia, Enfermagem, Educação Física e Ciências da Computação) que compõem a UAE IBIOTEC têm estabelecido um diálogo promissor no sentido de elaborar a proposta de Mestrado Interdisciplinar que contemple as áreas de estudo e atuação de diversos professores da UAE IBIOTEC, a fim de fazer crescê-lo no campo da produção do saber científico, bem como para qualificar os egressos dessas áreas.

Desse modo, o atual cenário aponta para o fato de que este curso tem tido iniciativas na direção de qualificar, cada vez mais, seus egressos, bem como os egressos oriundos de outras Instituições de Ensino Superior, a partir do aprofundamento nas temáticas atinentes à Educação Física, bem como de suas interfaces com outras áreas de saber. Nessa esteira e ao destacar o papel da pesquisa na formação do professor, a pós-graduação contribui para trabalhar os sentidos e os significados da Autoria Intelectual (científico-filosófica) nesses processos formativos.

15 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O presente item especifica o lugar textual em que este PPC atende os Requisitos Legais e Normativos, listados abaixo:

a) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso: As orientações, princípios, fundamentos e condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso estão garantidos nos itens que tratam da concepção de Educação Física como área de conhecimento acadêmica e que investe com consistência na formação de professores (o que pode ser lido na Apresentação, Exposição de Motivos, Inovações do Currículo e Objetivos do presente PPC), além do tópico XII, que trata da Avaliação do PPC. As diretrizes e portarias normativas contempladas neste Projeto são:
   1) Resolução CNE n. 02/2015 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada;
   2) Resolução CNE n.07/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais Para Formação de Professores da Educação Física, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena;
   3) Parecer CNE n. 0138/2002, parâmetros dos cursos de Educação Física do País;
   4) Parecer CNE/CES n. 0058/2004 – normas específicas da Educação Física;
   5) Resolução CEPEC n. 1122/2012 – RGCG/UFG.
b) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645, de 10/03/2008, e Resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004): diretrizes contempladas como tema transversal presente nas ementas das disciplinas obrigatórias de Fundamentos filosóficos e sócio-históricos da Educação, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Dança-Educação I, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Ginástica Escolar I, Políticas Educacionais no Brasil, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Ginástica Escolar II, Oficina Experimental I, Aprendizagem em Educação Física, Antropologia Social do Corpo, Estágio Curricular Obrigatório I, Núcleo Temático de Pesquisa – Educação Física e Escola;
c) Disciplina LIBRAS (Dec. 5626/2005): ofertada como disciplina obrigatória do 2º período do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, com a carga-horária de 64 horas-aula;
d) Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281, de 25/06/2002): O tema é tratado transversalmente nas ementas das disciplinas obrigatórias Educação Nutricional, Políticas Educacionais no Brasil, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Atletismo II, Oficina Experimental I, Introdução aos estudos do Lazer, Núcleos Temáticos de Pesquisa – Educação Física, Saúde e Educação / Educação Física e Escola / Educação Física, Lazer e Educação, Introdução aos estudos do Lazer, Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil;

e) Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica conforme disposto na resolução CNE/CEB 04/2010: Se encontram diluídas no debate que este PPC faz acerca da necessária consistência formativa e engajamento político de um curso de formação de professores para atuarem na Educação Básica;
f) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos: A educação em Direitos Humanos é garantida como tema transversal nas ementas das disciplinas Fundamentos filosóficos e sócio históricos da Educação, Políticas Educacionais no Brasil, Oficina Experimental I, Metodologia de Ensino e de Pesquisa em Jogos e Brincadeiras, Estágio Curricular Obrigatório I, Introdução aos estudos do Lazer;
g) Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012: O tema é tratado na ementa da disciplina Educação Física Adaptada do 7º período do curso.

Conforme previsto no artigo 32 (§ 1º e 2º) da Portaria Normativa MEC n. 40/2007, estarão dispostas e acessíveis de forma virtual no Portal da Universidade Federal de Goiás e de forma impressa nos murais desta Instituição: 1) informações acadêmicas que versam sobre as condições de oferta do curso (ato autorizativo, matriz curricular, corpo docente, notas de avaliação do curso); 2) informações acerca do PPC do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação; 3) conjunto de normas que rege a vida acadêmica; 4) descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso; 5) descrição da infraestrutura física do curso, incluindo laboratórios, equipamentos, infraestrutura de informática e redes de informação.

16 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE 02/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei 12.764. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE 04/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei n. 11.45. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. MEC/CNE/CP. Resolução CNE/CP n. 01. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Brasília, 2008.

BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE n. 07/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais Para Formação de Professores da Educação Física, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC/CNE/CES. Parecer CNE/CES n. 0058. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC/CNE. Parecer n. 138/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. Brasília, 2002.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX; SESu/MEC, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002.

BRASIL. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREITAS, Helena C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 4 ed., Campinas,SP: Papirus, 2006.

GADOTTI, Moacir. Avaliação educacional e projeto político-pedagógico. I Seminário Internacional Itinerante de Educadores. 2ª Jornada Pedagógica da Escola Cidadã. Grupo de Estudos e Organização de Eventos Político-Pedagógicos 10ª DE – CEPERS Sindicato - Alegrete e Uruguaiana, maio de 1999.

SACRISTÁN, J. G. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Lucíola L.C.P. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In: ANDRÉ, Marli (Org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 11-25.

SOUSA, Ana L. L. A história da extensão universitária. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. 138p.

THIOLLENT, Michel J-M. Construção do conhecimento e metodologia da Extensão. Texto apresentado na mesa-redonda do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, João Pessoa, nov./2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução XXX/CEPEC/2015, que fixa o currículo do curso de Graduação em Educação Física - UFG/Regional Catalão – Licenciatura Plena, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução conjunta – CONSUNI/CEPEC/ CONSELHO DE CURADORES nº 01/2015, que aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Goiás, considerando o Estatuto aprovado pela Portaria no 9 de 23/01/2014-MEC, publicada no DOU de 24/01/2014. Goiânia-Go, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI n. 43/2014. Cria o Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) – SINAce, aprova o respectivo Regimento e revoga a Resolução CONSUNI n. 32/2011. Goiânia: UFG, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Estatuto da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-Go, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC n. 1122, que aprova o novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás e revoga as disposições em contrário. Goiânia-Go, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC n. 1066, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da UFG e dá outras providências. Goiânia-Go, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CEPEC n. 631/2004, que aprova a Política de Formação de Professores da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUNI n. 06/2002, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação – RGCG, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Estatuto da Universidade Federal de Goiás, aprovado pela Portaria nº 1.150 de 7 de novembro de 1996, do Ministério da Educação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Regimento da Universidade Federal de Goiás, (aprovado em Reunião conjunta dos Conselhos Superiores da Universidade: Universitário, Coordenador de Ensino e Pesquisa e de Curadores), 01 de novembro de 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____. (Org). Projeto político pedagógico na escola: uma construção possível. 17 ed., Campinas/SP: Papirus. 2004. p.11-35.

• • •